

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM A FINALIDADE DE DEBATER A REFORMA
AGRÁRIA NO ESTADO DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 28 DE MAIO DE 2003,
ÀS 13:30 HORAS.

ATA Nº 017

PRESIDENTE - DEPUTADO ZÉ CARLOS DO PÁTIO

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) – Autoridades presentes, Senhores e Senhoras, boa-tarde!

Em nome da augusta Assembléia Legislativa do Estado de Mato Grosso, declaro aberta a presente Audiência Pública com a finalidade de discutir a Reforma Agrária no Estado de Mato Grosso.

Informo que esta Audiência Pública está sendo gravada, taquigrafada e registrada, para que seja feita uma Ata após as conclusões dos trabalhos.

Convido para compor a Mesa o Exmº Sr. Deputado Ságuas; o Sr. Leonel Wohlforhart, Superintendente do INCRA; o Sr. José Orlando Muraro, Defensor Público e Assessor do INCRA; Padre Antonino Cândido da Paixão, Prefeito de São José do Povo; o Sr. Waldir Correa, líder do MST. Também quero convidar um líder do MTA para compor a Mesa, um representante da FETAGRI, um representante da FAMATO e um representante da Associação de Produtores Rurais.

Acabo de receber um comunicado do Deputado Zeca D'Ávila, dizendo que está em Brasília, em reunião da CNA - Conselho Nacional de Agricultura, e por esse motivo não pôde estar presente a esta Audiência Pública.

Esta Audiência Pública foi requerida para discutir a política de Reforma Agrária nas terras públicas do Estado e da União.

Quero agradecer a presença do Sr. Wilson Paro, representante da Associação dos Proprietários Rurais, e o convido para fazer parte da Mesa; da Srª Elaine Perassori, representante da Associação dos Proprietários Rurais; do Sr. Ricardo Castro Cunha, presidente da Associação dos Proprietários Rurais; do Sr. Wilson Aguiar, representante da Senadora Serys Slhessarenko; do Sr. Ricardo Castro Cunha, a quem convido para compor a Mesa; do Sr. Nelson Borges, Secretário Agrário do PT, representando o Deputado Federal Carlos Abicalil; do Sr. João Batista Brandão, representando o Movimento Vigília pela Terra Chapada dos Guimarães; do Sr. Emílio de Souza, presidente do Bairro Novo Paraíso e do PSL; do Sr. Abílio Caetano dos Santos, da Gleba Espinheiro, no Município de Acorizal; do Sr. José de Oliveira, coordenador do Movimento dos Trabalhadores acampados e assentados na cidade de Campo Verde; do Sr. Eduardo Soares, representante da Gleba Santíssima Trindade, da cidade de Itiquira; do Sr. Paulo Rezende, diretor da Associação dos Proprietários Rurais de Mato Grosso. Convido, também, para compor a Mesa o Sr. Amarildo Melo Duarte, Superintendente da Agricultura Familiar da Secretaria de Desenvolvimento Rural.

Gostaria de observar que caso haja interesse de alguém da platéia em interpelar os integrantes da Mesa, isso poderá ser feito em momento oportuno, estritamente sobre o assunto, com prévia inscrição, no período de três minutos, conforme preceitua o Regimento Interno desta Assembléia Legislativa, e o interpelado terá também três minutos para responder.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM A FINALIDADE DE DEBATER A REFORMA
AGRÁRIA NO ESTADO DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 28 DE MAIO DE 2003,
ÀS 13:30 HORAS.

Concedo a palavra ao Sr. Leonel Wohlfarth, Superintendente do INCRA, que disporá de dez minutos para suas explanações, conforme preceitua o Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado de Mato Grosso.

O SR. LEONEL WOHLFARTH - Inicialmente, boa-tarde a todas e a todos. Nós, enquanto Governo Lula, na função de gestor de terras públicas do Estado de Mato Grosso, assumindo a Superintendência do INCRA, queremos parabenizar a iniciativa do Deputado Zé Carlos do Pátio, em nome do qual fazemos nossa saudação aos outros componentes desta Mesa.

O nosso Governo, Deputado Zé Carlos do Pátio, preceitua que a sociedade civil organizada será um ponto fundamental na questão de regularizarmos a situação da terra e fazermos o processo de reforma agrária acontecer, numa perspectiva de mediar situações tensas, para que não aumentem os conflitos aqui em Mato Grosso.

Nesse sentido, nós gostaríamos de falar um pouco, primeiro, das nossas pernas, depois vamos passar para nosso assessor, para falar mais sobre a especificidade e tratar um pouco da questão da terra pública.

A imagem do INCRA, no Estado de Mato Grosso, é bastante ruim - e é importante que se clareie isso -, é uma imagem que foi construída nos últimos quinze anos em cima de uma proposta governamental. Quando aparece o INCRA em qualquer manchete, isso é motivo, às vezes, até de gozação, porque se perpetuam denúncias e uma série de outras questões.

Nós queremos dizer que os servidores e as servidoras da casa não são culpados, porque isso fez parte de uma política de desmonte dessa estrutura, assim como de outras instituições do Estado público brasileiro, para que não se fizesse, não se cumprisse a missão do Estado enquanto Governo. E esse desmonte ocasionou, em nossa estrutura, aqui no INCRA, o que chamamos de uma perna muito pequena para tentarmos fazer uma política diferenciada.

O INCRA tem uma estrutura totalmente sucateada, falta infra-estrutura, desde aparelhos de informática, para se trabalhar com computadores no INCRA - falta isso no INCRA - até falta de veículos para se prestar atendimento tanto em assentamentos quanto na perspectiva de desapropriação ou de retomada de terras públicas. Então, nós estamos com as pernas muito pequenas.

Para agravar essa situação, o Governo Fernando Henrique deixou em torno de quatrocentos e quarenta e nove milhões de reais para fazermos desapropriação no Brasil. Esse dinheiro não dá para atender a dez por cento das necessidades solicitadas pelos movimentos sociais em Mato Grosso, mas é esse o dinheiro que ficou para a desapropriação. Isso demonstra as pernas pequenas que temos para trabalhar com relação à reforma agrária, em cima da desapropriação.

Sabendo disso, entendemos a participação da sociedade, tanto para indicar como nós devemos trabalhar, como para fazer o controle social dessa instituição, na perspectiva de fiscalizar e garantir que aquilo que discutimos seja implementado. Assim, nós chamamos para um seminário, no início da nossa gestão, todos os movimentos sociais que lutam pela terra e também a FAMATO, para que decidíssemos como fazer essas nossas pequenas pernas andar. Então, abrimos a casa, mostramos nossas fragilidades, e esse seminário indicou que o INCRA deve continuar com as desapropriações com interesse de cumprir a função social da terra e também para que cumpríssemos a missão de ser o gestor das terras públicas do Estado de Mato Grosso, e também vamos retomar terras públicas da União.

Nesse sentido, vamos começar por aqueles lotes onde tem pessoas que não são clientes da reforma agrária, lotes que foram distribuídos e depois, como os senhores sabem, foram vendidos, trocados e uma série de coisas. Nós vamos retomar esses lotes e recolocar em cima deles clientes da reforma agrária.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM A FINALIDADE DE DEBATER A REFORMA
AGRÁRIA NO ESTADO DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 28 DE MAIO DE 2003,
ÀS 13:30 HORAS.

Num segundo momento - e não será feito dessa forma, em primeiro ou em segundo lugar, será concomitantemente -, vamos retomar terras da União, que tem aqui no Estado algo em torno de três milhões e quatrocentos mil hectares, para colocá-las à disposição de clientes da reforma agrária.

Em linhas gerais, era isso que nós tínhamos para esta primeira intervenção. No aspecto mais específico, o nosso assessor, Sr. José Orlando Muraro Silva, vai discorrer um pouco mais, e gostaríamos de contar com esse tempo. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Com a palavra, o Sr. José Orlando Muraro Silva, assessor do INCRA e Defensor Público do Estado de Mato Grosso.

O SR. JOSÉ ORLANDO MURARO SILVA - Boa-tarde. É louvável a iniciativa do Deputado Zé Carlos do Pátio, porque a Assembléia Legislativa tem que realmente ser a caixa de ressonância das aspirações, dos medos e das esperanças do povo mato-grossense.

Sobre a discussão de terras públicas, eu falaria - vou até controlar o tempo pelo meu relógio - durante sete a oito minutos, para circunscrever, delimitar o assunto dessa Audiência Pública.

Vamos começar pelo termo devoluta. Devoluta significa devolvida. Terra devoluta significa terra devolvida. Ou seja, as conquistas portuguesas, pela forma como foi estruturado o reino de Portugal, todas as terras eram do rei de Portugal, que as concedia e, em determinados momentos ou por determinados motivos ou razões, ele declarava em comisso, em dívida com o reino, e retomava essas terras. Daí vem o termo devoluta, que significa: devolvida ao patrimônio do rei.

Quando o Brasil foi descoberto, a carta de Pero Vaz Caminha, seguindo as ordens do rei, destinou as terras recém-descobertas para a Ordem de Cristo - aquele crucifixo vermelho que vinha nas caravelas portuguesas para o Brasil era, vamos dizer, a logomarca da Ordem de Cristo.

Então, como diz Raimundo Faoro, num livro magistral, denominado "Os donos do poder", antes mesmo de ter gente europeia aqui, o Brasil já tinha dono, era a Ordem de Cristo. Posteriormente, o rei de Portugal extinguiu a Ordem de Cristo, unificou como a ordem que era dos Templários, que havia sido extinta, e criou uma ordem religiosa chamada de Ordem dos Hospitais.

Mas o interessante é que quando ele extinguiu a Ordem de Cristo, ele chamou para si todo o patrimônio da ordem. Por isso que todas as terras do Brasil, desde 1538, são denominadas terras devolutas. Houve o primeiro dono, que foi essa Ordem de Cristo, e posteriormente as terras foram devolvidas ao patrimônio da coroa portuguesa.

E o documento que se utilizou para essa passagem do patrimônio do rei para o particular, no início eram os Forais, que vinham do rei para o capitão donatário, e posteriormente eram denominadas Cartas de Sesmarias, que foram suspensas no dia 17 de junho de 1822. Portanto, antes mesmo da proclamação da independência, e nunca mais foram retomadas. Depois, nós tivemos a Lei de Terras, de 1850, que mandava revalidar as Sesmarias... O que importa? Nós chegamos na Constituição Republicana de 1891, quando se proclamou a República, logo depois veio a primeira Constituição Republicana, e o artigo 64 passou para os Estados as terras devolutas compreendidas na sua circunscrição, ressaltando para a União as terras, porções de terras - como está lá - essenciais à defesa da segurança nacional.

Então, é importante colocar que existem hoje no Mato Grosso, como terras públicas, em nível de organização, nós temos terras públicas federais, estaduais e municipais. Vou começar de trás para frente, para situar.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM A FINALIDADE DE DEBATER A REFORMA AGRÁRIA NO ESTADO DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 28 DE MAIO DE 2003, ÀS 13:30 HORAS.

Tem uma lei no Estado de Mato Grosso, que é a Lei nº 4.770, de 1973, que diz que são terras da municipalidade oito quilômetros a partir do seu centro histórico. Quando veio o terceiro Código de Terras, que é de 1977, esse limite de oito quilômetros foi reduzido para três quilômetros. Então, os municípios passaram a ter como propriedade fundiária três quilômetros a partir do seu centro histórico. Ele pode expandir a zona urbana para efeito de IPTU, como fez Várzea Grande, por exemplo. Então, vamos receber IPTU do município todo, que é declarado zona urbana, mas enquanto patrimônio fundiário, hoje, admite-se dentro do terceiro Código de Terras, como dos municípios, da municipalidade, apenas três quilômetros a partir do seu centro histórico.

Agora vamos para o Estado. O Estado do Mato Grosso tem terras devolutas estaduais, e terras que nós chamamos bens próprios estaduais. Qual é a diferença? Os bens próprios são as terras que ele arrecadou, delimitou, ou demarcou, e registrou no Cartório de Registro de Imóveis. Então, existem terras que foram demarcadas, arrecadadas, delimitadas e transcritas no nome do Estado de Mato Grosso. Por exemplo, aquelas duas áreas dentro da comunidade Mata-Cavalo, que são onze mil e setecentos hectares, mas o Estado tem uma área - porque ele discriminou, arrecadou e registrou -, ao norte, de dois mil e trinta hectares e, ao sul, uma área de novecentos hectares. Então, essas áreas são bens próprios do Estado de Mato Grosso.

Independente disso, por força daquele artigo 64, todas as outras áreas que não têm titulação válida são chamadas terras devolutas do Estado de Mato Grosso.

A União - agora vamos para o ente Federal - por força do Decreto nº 1.164, de 1971, todos aqui se lembram: cem quilômetros de cada lado, ao longo das rodovias federais, são terras federais e serão destinadas para a Reforma Agrária. Então, esse Decreto de 1971 chamou para o patrimônio fundiário da União grande parcela do patrimônio fundiário do Estado. O Decreto determinava: cem quilômetros ao longo da BR-364, da BR-163 seriam terras públicas federais.

Agora, dentro desse corredor de duzentos quilômetros, com a rodovia federal no meio, havia títulos válidos, anteriormente emitidos pelo Estado. Então, a União iniciou um processo de discriminar esses cem quilômetros, esse imenso latifúndio de duzentos quilômetros ao longo das rodovias. E aí surgiu uma situação interessante: em determinadas áreas a titulação foi confirmada, e em outras áreas, através do INCRA, se comprovou que não tinha titulação válida, foi demarcada, arrecadada e transcrita em nome da União. Quantos imóveis foram transcritos em nome da União? Por uma relação que nós temos aqui, nós teríamos 465 imóveis rurais que foram demarcados e registrados no Registro de Imóveis em nome da União. Esses 465 imóveis somam 6.6 milhões de hectares.

Então, nós temos no Estado duas situações em relação à terra pública federal: essas que foram realmente demarcadas e transcritas no Cartório de Registro de Imóveis, e as chamadas terras devolutas federais. Onde elas estão? Na faixa de fronteira, que são aqueles 150 quilômetros que acompanham a faixa de fronteira internacional. Ali, naquela situação da faixa de fronteira, são chamadas terras devolutas federais. Por quê? Excetuando alguns imóveis que foram trabalhados, que a União foi lá, a partir da BR-364, que era uma rodovia federal, em que ela pegava os cem quilômetros, e acabou arrecadando uma série de áreas em Comodoro, Cáceres, Porto Esperidião, Pontes e Lacerda, o que resta é propriedade federal. Mas, como a área não está identificada, não está demarcada e não está registrada no Cartório de Registro de Imóveis, ela se inclui entre as terras devolutas federais.

Diante disso, o que nós temos que trabalhar aqui são dois conceitos, no que toca à União. Quais são as terras consideradas bens próprios da União? Os 465 imóveis, que somam 6.6 milhões de hectares. O que são terras devolutas federais? As áreas de fronteiras em que a União não delimitou, não demarcou e não registrou, mas, por força da Constituição de 1988 - ou, se quiserem

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM A FINALIDADE DE DEBATER A REFORMA AGRÁRIA NO ESTADO DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 28 DE MAIO DE 2003, ÀS 13:30 HORAS.

pegar lá atrás, 1934 -, são propriedades da União Federal. Então, são esses dois conceitos que nós, enquanto INCRA, trabalhamos.

Com relação às terras que são da União mesmo, matriculadas em nome da União, dos 6.6 milhões de hectares, foram transferidos para particulares, através de regularização fundiária, 3.2 milhões de hectares. Ou seja, a União tem ainda domínio, propriedade matriculada e registrada sobre 3.4 milhões de hectares. O que são três milhões de hectares? Para se ter uma base, nesses últimos doze anos de desapropriação, no Estado de Mato Grosso foram desapropriados dois milhões de hectares.

Então, nós teríamos ainda, como terras públicas federais, 3.4 milhões de hectares. Ou seja, uma quantia superior ao que foi desapropriado no Estado de Mato Grosso até hoje. Com relação à faixa de fronteira, que é essa característica das terras devolutas federais que estão na faixa de fronteira, elas são devolutas porque não estão delimitadas e não estão transcritas no Cartório de Registro de Imóveis, e é uma área federal porque a Constituição diz que é federal - esse é outro tipo e discussão.

E quando o Leonel diz que nós vamos trabalhar na retomada dos lotes que estão irregularmente ocupados, é porque em alguns assentamentos, por exemplo, há prefeitos com 32 lotes dentro do assentamento, porque ele foi comprando, comprando, comprando, só que ele está comprando terra federal, porque aquela parcela ainda não foi transcrita no nome do parceleiro, portanto, continua em nome da União. Esse é um enfoque.

O segundo enfoque são os imóveis da União, matriculados em nome da União, que estão irregularmente ocupados. Para esses imóveis, nós já entramos com uma ação em Diamantino, porque havia uma certa tese dentro do INCRA, que era a seguinte: para retomarmos o que é da União, teríamos que depositar as benfeitorias. E nós fizemos um teste com a Justiça Federal, para sentirmos o entendimento da Justiça Federal, pegamos uma área que tinha só um ocupante irregular em cima, entramos com uma ação - a Procuradoria Jurídica do INCRA entrou -, e o Juiz Federal respondeu a ação em três linhas: "Comprovado o domínio da União. Terras da União deverão ser destinadas para reforma agrária. Imita-se o INCRA na posse.". Então, não ficou essa história de pagar benfeitorias.

Dessa forma, são dois momentos que nós teremos que discutir enquanto patrimônio fundiário da União. A questão das terras que estão matriculadas em nome da União, sobre as quais já temos uma posição da Justiça Federal, dizendo que essas terras devem ser destinadas para reforma agrária, e se houver direito à indenização, quem estiver em cima, deverá ir à Justiça requerer seus direitos - essa é uma questão. A outra questão é a faixa de fronteira. Dentro da faixa de fronteira, há algumas glebas que foram discriminadas e registradas em nome da União. Mas nós temos outra situação, que é uma grande discussão, que é o problema da titulação do Estado na faixa de fronteira, o que exige a ratificação do título, que é uma longa discussão.

Então, em todo momento que nós estivermos discutindo terras da União, seria importante precisarmos do que estamos falando. Terras devolutas federais em faixa de fronteira têm um tratamento, ou terras federais que estão no nome da União e estão irregularmente ocupadas. Muito obrigado. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) – Comunico a presença do vice-prefeito de São José dos Quatro Marcos, Sr. José Carlos.

Gostaria de saber se há algum representante do INTERMAT presente, porque o presidente desse órgão me telefonou, comunicando que está no encontro nacional dos Institutos de Terras, e por esse motivo não está presente, mas aquilo que for definido e decidido aqui ele acatará.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM A FINALIDADE DE DEBATER A REFORMA
AGRÁRIA NO ESTADO DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 28 DE MAIO DE 2003,
ÀS 13:30 HORAS.

Passo a palavra ao prefeito do Município de São José do Povo, Sr. Antônio Cândido da Paixão.

O SR. ANTÔNIO CÂNDIDO DA PAIXÃO – Deputado Zé Carlos do Pátio; Deputado Ságuas; Sr. Leonel, Superintendente do INCRA; demais companheiros da Mesa; trabalhadores, nós queremos, primeiro, parabenizar Vossa Excelência pela iniciativa de realizar esta Audiência Pública para discutir a questão das terras da União e das terras devolutas, porque é importante que representantes desta Casa, Deputados, lideranças políticas e líderes dos trabalhadores se consolidem nessa luta. Essa articulação, essa união, esse debate que estamos começando e queremos fazer, é importante para que possamos, junto ao INCRA, junto ao Governo Federal, dar segmento à luta pela conquista da terra, dar seguimento a essa luta em favor do trabalhador que está sendo, é e foi, ao longo da história deste país, colocado à margem do processo do trabalho na terra, por isso, nós queremos parabenizar essa iniciativa.

Estamos aqui para ouvir, para somar forças, e também com o entendimento de que esse é o momento em que nós devemos estar juntos, é o momento em que aqueles que acreditam na organização dos trabalhadores, que acreditam nos movimentos sociais, mais do que nunca, diante do Governo que temos, do Governo Federal, é o momento de nós reforçarmos a nossa caminhada, a nossa luta, de redobramos o nosso empenho, de tornarmos mais lúcida ainda a nossa convicção de que o pequeno precisa, necessita e merece ter a sua dignidade de trabalhador.

Por isso, é com esse empenho, com essa lucidez, com as forças redobradas, que nós devemos, neste momento, no país, estar unidos, juntos, somando forças, aproximando os movimentos e os trabalhadores para que possamos conquistar ainda mais a terra e fazer com que ela seja o espaço do trabalho, da dignidade, da produção, do pão na mesa, porque, de fato, o trabalhador das mãos calejadas é esse que, em muito, ajuda o país e faz a vida deste país.

Portanto, quero parabenizar o Deputado Zé Carlos do Pátio, o Deputado Ságuas, aqui presente também, o Sr. Leonel, Superintendente do INCRA, as demais lideranças, os trabalhadores que estão aqui para discutir, debater, aprofundar esse tema, e faço votos de que possamos sair daqui com conclusões, compromissos firmados e com a vontade de fazer acontecer ainda mais a reforma agrária. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Convido o Sr. Antônio Andrade Junqueira, prefeito de São José dos Quatro Marcos, para compor a Mesa.

Antes de passar a palavra para o próximo inscrito, eu quero deixar uma pergunta, como leigo que sou... Primeiro, eu quero parabenizar o INCRA, porque ele está começando a colocar publicamente a questão das terras públicas da União, coisa que ainda não está acontecendo no INTERMAT. O INTERMAT tem que colocar publicamente quais são as terras do Estado, e as Constituições Federal e Estadual dizem que terra pública tem que ser utilizada, prioritariamente, para fim social, para a reforma agrária, ou então para a preservação ambiental. Em segundo lugar, eu não sou Advogado, fiz Engenharia, não tenho conhecimento dessa área, mas se a terra é pública, se a terra é da União, se a terra é do Estado, a pergunta que eu deixo no ar é a seguinte: como fazer para adquirir-la e fazê-la cumprir seu papel social, para a reforma agrária? Essa é a primeira pergunta que eu queria deixar para debatermos aqui.

Outra coisa: como fazer para amenizar o problema da Justiça? Porque o grande entrave nosso, o grande problema nosso é a Justiça. Como fazer para amenizar isso? Eu quero até poupar um pouco a Justiça Federal, porque tenho certeza que, se tiver como fazer o encaminhamento...

Depois, nós vamos passar para o Dr. José Orlando e para o Leonel, porque isso nunca foi debatido. Eu, pelo menos, estou começando a debater agora. Antigamente, ninguém nem

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM A FINALIDADE DE DEBATER A REFORMA
AGRÁRIA NO ESTADO DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 28 DE MAIO DE 2003,
ÀS 13:30 HORAS.

tocava nesse assunto. Hoje, pelo menos... Um dia, era uma hora da manhã, eu estava com o mapa de um município onde estavam locadas todas as terras públicas. Isso nunca aconteceu! Hoje, eu já estou tendo a oportunidade de saber disso, o que já é uma grande vitória para nós.

Passo a palavra, agora, ao Sr. Valdir Correa, representante do MTA.

O SR. VALDIR CORREA – Sr. Deputado Ságuas, Sr. Deputado Zé Carlos do Pátio, representante do INCRA, demais autoridades que compõem a Mesa e todos os trabalhadores aqui presentes, esta Audiência Pública, para nós, representa uma esperança de dar continuidade à luta pela reforma agrária.

Muitos companheiros vieram de vários municípios, nós todos estamos presentes porque acreditamos neste país e estamos sempre presentes na luta pela terra, mas gostaríamos de trazer também algumas questões, para que possamos debatê-las, porque nós trabalhadores já estamos cansados de ver tantos planos bonitos do Governo Federal e do Governo do Estado, tantas leis, como a nossa Constituição, nos seus arts. 184, 185 e 186, onde se trata da reforma agrária, do rito sumário, e tantas leis, como o Estatuto da Terra, inúmeras leis, mas nada tem acontecido neste país, se não for pela luta do trabalhador, se não pela pressão. Muitas vezes tem que morrer pessoas, tem que morrer trabalhadores para que se lembrem de fazer assentamentos.

Muitas vezes, fico imaginando que nós falamos tanto em democracia, tanto em liberdade, mas na luta pela terra não tem liberdade. Eu gostaria de citar um exemplo, para todas as autoridades aqui presentes: em 1988, 1989, nós víamos despejos, inclusive participamos deles, com a polícia dando tiros, prendendo as pessoas, mas segunda-feira, no Governo dos trabalhadores, aconteceu a mesma coisa que em 1988, tinha trator empurrando barraco, derrubando e tirando as pessoas de dentro de seus barracos, com a polícia e jagunços encapuzados, lá em Araputanga, despejando as famílias em uma região de área de fronteira, dentro do perímetro dos 150 quilômetros, em terras públicas. Isso é um absurdo!

Quando as autoridades vão tomar providência e vão fazer as coisas? Só se faz as coisas através da pressão? Chega! Nosso país tem que começar a funcionar. Não dá para continuar assistindo, ouvindo o que ouvíamos há muitos anos.

Eu gostaria de registrar esse fato que aconteceu em Araputanga, na Fazenda Itaguaíra, um despejo violento, na segunda-feira. Isso é um absurdo! Eu registro isso porque fiquei muito revoltado.

Outra coisa que gostaria de registrar é que neste Estado há famílias acampadas há seis anos na beira de rodovias, há seis anos pedindo terra, pedindo espaço para trabalhar. Até quando esse acampamento vai continuar?

Nós depositamos toda esperança no Governo popular, no Lula, e queremos que este Brasil funcione, é por isso que nós estamos aqui hoje e vamos onde for preciso para que isso funcione e dê certo. Há inúmeros instrumentos legais, inúmeras leis sobre a terra, mas essas leis continuam no papel.

Então, o Brasil tem uma dívida muito grande - eu sempre falo isso -, e essa dívida do Brasil não é a dívida externa, é a dívida da reforma agrária mesmo, desde 1500, como disse o José Orlando. Essa é uma dívida muito grande que o Brasil tem com os brasileiros, uma dívida interna nossa. E tem que se fazer reforma agrária para desenvolver o país, sim.

Nós somos favoráveis àqueles que produzem, inclusive nós sempre deixamos expresso que terra produtiva tem que continuar produzindo; agora, terra improdutiva tem que ser passada para quem quer trabalhar, para quem quer produzir. Nós não somos contra os proprietários que têm dois, três, quatro mil hectares, que estão produzindo, ótimo, excelente, eles estão desenvolvendo o país. Nós queremos que todos trabalhem nessas terras e produzam - nós queremos,

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM A FINALIDADE DE DEBATER A REFORMA AGRÁRIA NO ESTADO DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 28 DE MAIO DE 2003, ÀS 13:30 HORAS.

sim. Mas o proprietário daquela terra que não cumpre o que está estabelecido em lei, nós queremos que a lei seja cumprida neste país. Nós não somos contra esse, aquele ou aquele outro, nós somos a favor da lei e queremos que ela seja cumprida, que sejam respeitados os trabalhadores. Nós queremos ser cidadãos brasileiros.

Com relação às terras públicas, desde criança eu ouço falar em terras públicas, mas só no papel, só no discurso, mas praticamente quase nada foi feito para que essas terras públicas se tornassem terras nas mãos dos trabalhadores.

Nós concordamos plenamente que o INCRA resolva o problema dos assentamentos e retome os lotes, porque terra da União tem que ser para a pessoa que quer trabalhar, para a pessoa que quer produzir. Quem não quiser, que deixe a terra para outras famílias que estão acampadas.

O Estado, se fizer as contas hoje, tem mais de quinze mil famílias acampadas, é muita gente, muito acampamento debaixo de lona, aguardando um pedaço de terra. Então, eu acho que tem que se tomar uma providência.

Eu gostaria de deixar bem claro que quem teria que começar a ver a reforma agrária por um outro ângulo é a Justiça, é o Juiz... O juiz, muitas vezes, nem analisa nada no processo e acaba concedendo uma liminar de despejo e provocando mortes, conflitos, barbaramente. No Estado de Mato Grosso, ainda recentemente, morreu trabalhador buscando a luta pela terra, como é o caso que foi noticiado pela imprensa um dia desses, que aconteceu na região de Tangará da Serra, ali para cima, perto de Diamantino.

Nós temos que ver um dia, nos jornais, notícias bonitas, não notícias de morte de pessoas que estão lutando pela terra. E cabe, sim, à Justiça... E acho que o Ministério Público Federal e o Ministério Público Estadual têm que estar presentes nessa questão da terra, porque é um problema sério.

Nós estivemos em Brasília, e Mato Grosso tem um estopim que, a qualquer momento, pode ser aceso se as autoridades não tomarem as devidas providências, iniciando lá no INCRA nacional. Eu acho que tem que ser tomadas as devidas providências, com urgência, porque senão as coisas vão piorar. E tem que haver um diálogo, a busca da melhor possível de resolver isso, senão, quem sempre acaba perdendo somos nós trabalhadores rurais. É sempre da nossa parte que acaba morrendo.

E há uma rearticulação de pistolagem, não neste Estado, mas no Brasil, hoje, e isso vai ter que ser discutido, porque nós estamos num país democrático, com liberdade de expressão, e isso é garantido constitucionalmente. Nós temos uma Constituição Federal que tem que ser cumprida. O que nós queremos, como trabalhadores, é ser respeitados, ser cidadãos dignos neste país. Muito obrigado. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Comunico a presença do Capitão Bombeiro Militar Paulo Wolkmer, integrante da Comissão de Segurança Pública Pública; Zelandes Santiago, assessor da Deputada Serys Silhessarenko; Gerson Januário, Procurador do INCRA; Inaldo Cosme Marques, assessor do INCRA; Terezinha Staud, da Associação dos Proprietários Rurais; Gilmar Antônio Bruneto, Coordenador da Federação dos Trabalhadores da Extensão Rural; Francisco Cassiano da Silva, Procurador do INCRA.

Passo a palavra ao Deputado Ságua.

O SR. SÁGUAS - Quero cumprimentar o Deputado Zé Carlos do Pátio e parabenizá-lo por ter convocado esta Audiência Pública; o companheiro Leonel, Superintendente do INCRA; os prefeitos Antônio Cândido da Paixão e Antônio Andrade Junqueira; o Sr. José Orlando; o Sr. Valdir, do MTA; os demais componentes da Mesa; e todo o público presente.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM A FINALIDADE DE DEBATER A REFORMA
AGRÁRIA NO ESTADO DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 28 DE MAIO DE 2003,
ÀS 13:30 HORAS.

Quero dizer que, após o Governo Lula, começou-se a falar oficialmente em uma coisa que até então não se falava: vamos fazer reforma agrária em áreas públicas da União, onde elas existirem, só faremos desapropriação onde não houver terras públicas da União.

O Sr. José Orlando e o Sr. Leonel deixaram claro que Mato Grosso tem três milhões e quatrocentos mil hectares de terras públicas federais. Nós vimos ao longo da história que, no Vale do Paranapanema, no Estado de São Paulo, houve vários conflitos de terras do MST com os fazendeiros, e, ao que consta, todas aquelas áreas eram públicas da União. O MST tinha conhecimento e clareza de que aquelas terras eram griladas por latifundiários e achava que elas deveriam ser repartidas, porque eram terras da União, eram terras públicas, e mesmo assim algumas pessoas se apossaram daquelas áreas.

Aqui em Mato Grosso há algumas áreas que estão cem por cento griladas por alguns latifundiários, mas há outras modalidades. Por exemplo, uma pessoa compra mil hectares, dois mil hectares, e se apropria do dobro disso ou de mais do que o dobro disso, se julgando o dono dessas áreas.

Então, é importante que a União assuma que, de fato, nós temos áreas públicas e que essas áreas serão destinadas à reforma agrária, para que nós não entremos em conflito com os falsos donos da terra, porque, na verdade, muitos deles não são donos da terra.

O Sr. Valdir estava falando que tem acampamento formado há seis anos à beira das rodovias. Isso demonstra que o MST não é sanguinário, como muitas vezes é colocado por aí, que não é tão agressivo, como muitas vezes é colocado por aí. Ficar durante seis anos acampado na beira de uma fazenda e não entrar na área, isso é sinal de que eles estão aguardando uma decisão da Justiça, um acordo com o proprietário da terra, enfim, o MST, na maioria das vezes, tem sido pacífico. Apesar disso, muitas vezes, os proprietários ou os ditos proprietários começam a entrar em conflito com o MST, causando tensões em algumas regiões.

Mas nós estamos contentes, porque agora o Governo Lula, com certeza, vai dar o aval para que essas terras públicas sejam devolvidas para a União e para que, dessa maneira, nós possamos fazer a reforma agrária de forma pacífica, e uma reforma agrária de fato neste país, porque o que aconteceu até agora foi somente jogar as pessoas na terra, e quando as pessoas são jogadas aqui perto da capital, perto do asfalto, ainda vamos lá, mas quando as pessoas são jogadas lá em Colniza, a 1.100 quilômetros daqui, ou lá no Guariba, que fica há 1.200 quilômetros daqui, no meio da mata, sem a menor possibilidade de comunicação, sendo ameaçados o tempo todo e sem direito a nenhum crédito, porque a área não foi desapropriada, não foi demarcada, não foi liberado nenhum crédito, aí nós vemos que a situação é extremamente desumana. Eu conheço essa realidade bem de perto.

Nós esperamos que, a partir do Governo Lula - o Leonel tem assumido esse papel aqui -, os 381 assentamentos do Estado possam ser regularizados - que se possa trabalhar pela regularização. Obviamente, não será regularizado tudo este ano, mas que nos próximos assentamentos que serão feitos em área pública da União, nós já possamos ter condições de fazer uma reforma agrária decente, para que os nossos trabalhadores possam ter dignidade e para que possamos acelerar esse processo.

Aqui em Mato Grosso há em torno de onze mil famílias acampadas, e nós precisamos dar uma solução para esses problemas que vêm se acumulando há vários anos. Então, não vai ser resolvido este ano, mas também não se pode esperar tanto tempo mais, porque já se esperou muito por isso.

Eu creio que com a União assumindo essa questão da responsabilidade de fazer reforma agrária em cima de áreas públicas, as pessoas que têm documento falso ou as pessoas que

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM A FINALIDADE DE DEBATER A REFORMA
AGRÁRIA NO ESTADO DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 28 DE MAIO DE 2003,
ÀS 13:30 HORAS.

não têm documento nenhum, terão que reconhecer que, de fato, elas não são proprietárias das terras e, aí sim, essas terras serão destinadas para reforma agrária.

Não dá mais para nós escutarmos pessoas dizerem - muitas pessoas dizem isto por aí - que têm que fazer valer a força da lei. Como foi dito, há alguns juízes que concedem liminares de qualquer maneira, a torto e à direita. Eu conheço alguns desses casos, como ocorreu no Quilombo Mata-Cavalo, onde nós tivemos que intervir, porque foi dada uma liminar em uma situação em que ele não poderia! São atos dessa natureza que colocam o trabalhador em situação complicada e, muitas vezes, estimulam o conflito, esses tipos de ações.

Eu creio que agora, no Governo Lula, nós teremos mais responsabilidade para trabalhar essa questão das áreas públicas da União, tratando a questão da reforma agrária de forma mais decente.

Temos que fazer com que os proprietários que entrarem em acordo com o INCRA, que não foram desapropriados ainda, que ao longo dos próximos anos possam definitivamente acertar, porque uma vez feita a desapropriação, vai ser feita a demarcação e liberado o restante dos créditos, porque enquanto não se faz a desapropriação, o assentado que está lá jogado, não tem direito a crédito nenhum.

Nós precisamos regularizar essa situação, mas devemos deixar bem claro que não há necessidade de o Governo desapropriar mais terras daqui para frente, porque em Mato Grosso há terra de sobra para que se fazer reforma agrária.

Ali na região do Vale do Guaporé, na região do Vale do Jauru - o Dr. Antônio até externou a preocupação dele em relação à tensão de terra ali na área -, eu acho que ali tem que ser uma área prioritária. Nós temos que definir, de fato, o que é da União, o que não é da União ali, para que aquelas pessoas que têm o documento de posse da área, desde que seja um documento verdadeiro, não fiquem com medo de uma coisa que não existe; e aqueles que, de fato, não são donos, possam devolver a terra para quem é de direito, que é a União, para que ela possa fazer a verdadeira reforma agrária em nosso país.

Eu quero pedir desculpas, Deputado Zé Carlos do Pátio, por não poder continuar mais nesta Audiência Pública, porque está começando a nossa Sessão, e hoje nós teremos três Sessões aqui - já tivemos Sessão hoje de manhã, e a Sessão de amanhã será realizada hoje à tarde. Inclusive, nós justificaremos a ausência de Vossa Excelência - a justificativa já está protocolada. De qualquer maneira, vamos deixar aqui a nossa contribuição.

Quero dizer que estou à disposição para me somar a essa luta, a fim de que possamos fazer uma reforma agrária descente neste Estado e neste país. Muito obrigado. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) – Convido a Deputada Verinha Araújo para compor a Mesa.

Também quero fazer uma observação para todos os representantes de movimentos e do INCRA: foi feito um acordo, e nós estamos apreciando setenta e cinco vetos. Mas o único veto que não será apreciado é o que foi apostado a um projeto de lei de minha autoria e do Deputado Jair Mariano, que é a mudança da Lei da Terra. Esse nosso projeto foi vetado pelo Governador, mas houve um acordo da Assembléia Legislativa, que quer reunir-se com o Governador para rever ou fazer algumas mudanças nessa lei.

Eu quero propor ao Dr. José Orlando, ao INCRA e ao próprio INTERMAT - o Jair Mariano foi um dos autores do projeto de lei - que nos ajudem a fazer as propostas para o Governador. A Assembléia Legislativa segurou, dos setenta e cinco vetos, este veto apostado ao projeto de lei de minha autoria e do ex-Deputado Jair Mariano, que é a mudança da Lei da Terra.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM A FINALIDADE DE DEBATER A REFORMA
AGRÁRIA NO ESTADO DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 28 DE MAIO DE 2003,
ÀS 13:30 HORAS.

Neste momento, eu passo a palavra ao Sr. Paulo Rezende, diretor da Associação Rural.

O SR. PAULO REZENDE – Deputado Zé Carlos do Pátio; Deputada Verinha Araújo; Sr. Superintendente do INCRA; demais membros da Mesa; senhoras e senhores.

A Associação de Proprietários Rurais de Mato Grosso foi criada com o intuito de defender os interesses dos proprietários rurais. E não como é divulgado amplamente por alguns movimentos, por uma parte da imprensa, que ela foi criada para enfrentar, contratar seguranças, contratar pistoleiros para assegurar as fazendas. Não, de maneira alguma.

Nós da associação sempre nos pautamos pelo respeito à lei, para que tudo seja feito dentro da legalidade. Nunca, em momento algum, fomos contra a reforma agrária. Nós achamos que a reforma agrária deve ser feita, mas de uma maneira ordeira e dentro da legalidade. Agora, nós não concordamos com invasão de propriedade, nós não concordamos com baderna, porque, inclusive em reuniões nossas com o Superintendente do INCRA e com o ouvidor agrário nacional, nós sempre nos prontificamos a auxiliar e a dar respaldo para que seja feita uma reforma agrária normal, que flua normalmente e não que jogue o homem na terra e o deixe abandonado a sua própria sorte.

Nós entendemos que reforma agrária não se faz desta forma. O homem que for assentado tem que ter crédito, tem que ter uma certa assistência técnica para que ele produza. Nós queremos parceiros no campo, nós não queremos adversários. Por isso, a associação sempre se propôs a se sentar com os movimentos sociais e dar respaldo técnico a eles.

Agora, muito me admirou o Deputado Ságua questionar uma decisão do Poder Judiciário, falar que um Juiz deu uma sentença de forma aleatória. Pelo nosso entendimento, o Judiciário é que tem condições de resolver os problemas, e não uma entidade, órgão de Governo ou o que seja, porque desde tudo não seja feito dentro da lei e da ordem, eu acho que isso não vai nos levar a lugar algum. Mais uma vez, por exemplo, a associação está pronta para se sentar, conversar e auxiliar os órgãos do Governo para que façam uma reforma agrária séria, coerente e sem violência. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (ZE CARLOS DO PÁTIO) – Convido o companheiro Altamiro, do MST - Movimento Sem-Terra para compor a Mesa. Na oportunidade, cumprimento o Zezão e todos os companheiros que chegaram agora, do MST.

Registro e agradeço a presença do Sr. Inácio Werner, representante da CPT - Comissão Pastoral da Terra e do Dr. Gabriel Müller.

Com a palavra, o Sr. Antônio Andrade Junqueira, prefeito de São José dos Quatro Marcos.

O SR. ANTONIO ANDRADE JUNQUEIRA – Deputado Zé Carlos do Pátio, gostaria de parabenizá-lo, cumprimentá-lo e, em seu nome, cumprimentar os componentes da Mesa; senhoras e senhores.

Eu estive, há mais ou menos uma semana, numa Audiência Pública aqui, promovida pela Deputada Verinha Araújo, e queria fazer uso da palavra, mais uma vez, para externar a minha preocupação em relação à faixa de fronteira - é muito preocupante a situação em relação à faixa de fronteira.

Eu vou fazer um breve histórico, porque Audiência Pública é para cada um expor o que sabe, para que todos cheguem a uma conclusão, a uma decisão, para que saia com a sua opinião formada.

Ali na nossa região, nós já fomos - como falei na outra audiência pública em que estive - o principal pólo agrícola do Estado de Mato Grosso. Nós temos terras férteis, as melhores

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM A FINALIDADE DE DEBATER A REFORMA AGRÁRIA NO ESTADO DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 28 DE MAIO DE 2003, ÀS 13:30 HORAS.

estradas de Mato Grosso, o calcário ali perto, enfim, temos tudo. Nós só não tínhamos segurança. E naquela época, calculou-se mal. Naquela época, por falta de planejamento de nossas autoridades, pelo fato de os narcotraficantes marcarem dia e hora para roubar os tratores dos nossos produtores, as nossas autoridades acharam que a violência ficaria restrita à região de fronteira, e não se preocuparam. Hoje, felizmente, nós estamos muito mais seguros lá, com o GEFRON instalado, do que as pessoas nos grandes centros.

Então, graças a isso, de principal pólo agrícola do Estado, a nossa região se transformou na região mais violenta do Estado. E isso atrasou todo o nosso desenvolvimento. Como produzir, se você não pode ter trator, se você não pode ter condições para produzir e segurança? Por isso, todas as pessoas com vocação agrícola que habitavam nossa região mudaram-se da faixa de fronteira.

Agora, temos alguns problemas lá. Temos na região do Guaporé pessoas que estão com posses há mais de vinte anos, e agora existem liminares para que elas desocupem a área, sem mais nem menos. E isso não pode acontecer!

Eu pediria, agora que esta audiência está sendo realizada - e mais uma vez quero parabenizá-lo, Deputado Zé Carlos do Pátio -, que essa questão seja discutida, porque isso não pode acontecer. Não é dessa maneira. Aquelas pessoas nasceram lá, já se casaram, tiveram filhos lá e não é de uma hora para outra que poderão desocupar a área.

Da mesma maneira, eu digo que, quando as pessoas vieram para cá - eu queria raciocinar só -, não veio um bando de marginais para cá, naquela época, e esse banco pegou bastante terra. Acho que temos que ser práticos. Não é isso, não. Foram pessoas que, quando o Governo decidiu que a faixa de fronteira deveria ser ocupada, elas vieram para cá e se instalaram, quando ninguém queria vir. Muitos nem sabiam que o INTERMAT não tinha competência para titular aquelas terras - elas não sabiam disso. Agora, sim, se sabe que é constitucional, está determinado em lei que cento e cinquenta quilômetros da faixa de fronteira são terras devolutas, mas para nós não é tão fácil assim. Declarar que cento e cinquenta quilômetros de faixa de fronteira são terra de ninguém, agora que nossa região estava tentando deixar de ser a região com menor índice de desenvolvimento do Estado, começando a se desenvolver, mais uma vez está se criando um conflito fundiário muito sério.

Nós queríamos que fosse feita a reforma agrária. Adianta invadir muito, quando sabemos que o INCRA não tem orçamento nem para assentar mil e quinhentas famílias este ano? Vai adiantar? Então, eu queria que fosse uma coisa planejada, uma reforma agrária planejada, para não acontecer o que acontece lá. Eu vejo lá o Assentamento Chico Mendes, que não tem um centro de convivência até hoje construído, e depois de vários anos que eles estão assentados, nós teremos que comprar até transformador para o centro de convivência deles - a prefeitura está lá fazendo isso.

Em Santa Helena, na região de Mirassol do Oeste, nós sabemos que naquela região poço semi-artesiano não resolve, com um córrego grande ali perto, e mesmo assim tentaram fazer poço semi-artesiano, e eles ficaram sem água, puxavam água em tambores para dar para os animais. Agora estão colocando água, mas estão construindo uma estação de tratamento de água na beira do córrego, e ninguém vai tomar conta daquilo. Vai caber aos assentados construir uma estação de tratamento de água, com cloro, com tudo, para dar para vaca, cavalo... Quero ver quem vai manter aquilo.

É nesse tipo de coisa que eu pediria que se raciocinasse. Não é uma briga. Não podemos é ter esse conflito fundiário, que é sério para a nossa região, para o desenvolvimento da região. Nós temos que ter a reforma agrária. Como foi dito aqui, temos que dar condições para que os assentados recebam assistência técnica. Não adianta o que está acontecendo, não pode ser

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM A FINALIDADE DE DEBATER A REFORMA AGRÁRIA NO ESTADO DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 28 DE MAIO DE 2003, ÀS 13:30 HORAS.

daquele jeito, qualquer um aqui com vocação agrária, se for jogado em uma terra com uma enxada e um facão, ele não fará nada naquela terra, ele tem que ter crédito, ele tem que ter assistência.

Depois, nós queremos reforma agrária em nossa região, mas queremos de uma forma pacífica, de uma forma ordeira, porque não adianta deixar que fiquem invadindo, invadindo, quando nós sabemos que o INCRA não tem orçamento este ano para assentar nem mil e quinhentas famílias, conforme foi dito pelo Superintendente do INCRA em outras reuniões.

Então, eu quero parabenizar Vossa Excelência por essa audiência pública e, mais uma vez, externar a minha preocupação com esse problema fundiário na faixa de fronteira, que mais uma vez pode até atrasar totalmente o desenvolvimento daquela região. Muito obrigado. (PALMAS)

O SR PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) – Convido o Sr. Altamiro Stochero, coordenador estadual do MST, para compor a Mesa.

Com a palavra, a Deputada Verinha Araújo.

(A SRª DEPUTADA VERINHA ARAÚJO DIALOGA COM O PRESIDENTE FORA DO MICROFONE – INAÚDIVEL.)

O SR PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) – Com a palavra, o Sr. Joaquim Silva, da Associação Independente, do Município de General Carneiro.

O SR. JOAQUIM SILVA – Eu tenho uma pergunta para o Sr. José Orlando Muraro, porque ele sabe de todo o problema do assentamento. Nós fomos despejados e ficamos dois meses à beira do asfalto, só que nós retornamos novamente, agora, lá para dentro das terras. Eu quero saber que segurança tem o meu povo, porque nós não vamos sair das terras mais.

O Sr. José Orlando Muraro – A situação...

O SR PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO - FAZENDO SOAR A CAMPAINHA) – Eu sugiro que as perguntas sejam anotadas e respondidas no final da audiência.

Com a palavra, o Sr. Jairo Homero.

O SR. JAIRO HOMERO – Eu quero expor minha opinião. A reforma agrária tem que ser feita no Brasil todo, em todos os Estados, não só em Mato Grosso, ao mesmo tempo, para que não haja imigração - quando eu era criança, eu acompanhei o meu pai, no Paraná, em divisões de terra... Se não houver apoio das autoridades constituídas, essa questão vai gerar muita violência, da mesma forma como está acontecendo na cidade grande - esse é o meu pensamento.

Então, tem que haver bom-senso das autoridades. Antes de começar a distribuição de terras, é preciso que a pessoa que adquirir a terra também tenha responsabilidade com a ordem pública e que os títulos sejam emitidos imediatamente, porque, senão, fica esse crime, como já foi dito aqui, as pessoas ficam jogadas sem ter saída, sem ter lucro nem para si, nem para o Estado - o país fica um caos.

Nas grandes cidades tem essa grande violência, porque as pessoas, de um modo ou de outro, vieram do interior para as grandes cidades, sem terem estudo, sem terem o que fazer, só sobrando a marginalização e a prostituição. Há um descontrole das autoridades. Então, tem que haver bom-senso, no meu entender, para que ocorra a reforma agrária no país inteiro, ao mesmo tempo.

Eu creio que o Exército deveria tomar conta das divisões de terra, e o INCRA ficaria com a documentação. Também devia haver um estudo mais profundo, para que a violência não tome conta, porque, hoje, eu posso cometer um crime na cidade, ir para o interior e me infiltrar no meio dos sem-terra. Quantas invasões já ocorreram nas associações dos proprietários? Eu acho que isso não está certo. Se há terras disponíveis em todo o país, eu acho que não deve ter invasão. Deve ter união das pessoas para haver um entendimento. Isso é o que eu queira expor. (PALMAS)

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM A FINALIDADE DE DEBATER A REFORMA AGRÁRIA NO ESTADO DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 28 DE MAIO DE 2003, ÀS 13:30 HORAS.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Convido o Sr. Eudes, diretor da FETAGRI, para compor a Mesa. No início desta audiência pública, eu havia convidado as três principais instituições dos movimentos organizados, o MST, a FETAGRI e o MTA, e fico satisfeito que estejam todos aqui.

Com a palavra, o Sr. Emídio de Souza, líder comunitário do Bairro Novo Paraíso.

O SR. EMÍDIO DE SOUZA - Eu gostaria de cumprimentar o Deputado Zé Carlos do Pátio, a Deputada Verinha Araújo, toda a Mesa, todos os companheiros presentes que estão batalhando pela terra.

Todos nós somos cientes e somos testemunhas do que acontece com os trabalhadores rurais. Eu, por exemplo, nasci no sítio dos meus pais, aqui bem pertinho de Cuiabá, no Município de Chapada dos Guimarães. E há 36 anos aconteceu um fato lá... Nós somos testemunhas, temos os documentos que comprovam que era uma área do INCRA, uma área de colonização da União, e essa mesma área, naquela demarcação, naquela ocasião, foi ocupada por fazendeiros, formando um latifúndio de 5.226 hectares no Município de Chapada dos Guimarães. E foram colocados todos os remanescentes, naquela época, para fora dali - aqueles que tiveram condições compraram um pedaço de terra vizinha.

E isso acontece em todo o Estado de Mato Grosso. Nós sabemos que 40% das terras de Mato Grosso são áreas devolutas, e seria importante que o presidente do INTERMAT estivesse aqui para esclarecer para o povo, assim como o presidente do INCRA está sendo bastante transparente com a nossa comunidade, com os sem-terra. O sofrimento desse povo, eu imagino - eu moro aqui no bairro Novo Paraíso... Eu imagino o sofrimento desse povo na área rural, para poder produzir, para ter um pedacinho de terra para plantar, sem ter o apoio nem dos políticos - só tem da minoria dos políticos -, e muito menos dos nossos governantes, sejam eles municipais, estaduais ou federal.

E nós fazemos um apelo, com transparência e confiança - porque nós acreditamos no Lula, no Governo Federal -, para que seja resolvido, que se atenda a esse nosso povo sofrido, esse povo humilde, que é espancado, muitas vezes, por defender um pedacinho de terra.

São essas as palavras que nós gostaríamos de dizer aos companheiros. Nós somos militantes em movimentos de bairros aqui em Cuiabá, de um bairro que também foi criado através do movimento, e estamos juntos para defender os trabalhadores rurais. Muito obrigado. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Eu também quero deixar uma pergunta para ser respondida depois. O Deputado Ságua colocou uma questão, de forma muito clara, dizendo que tem juiz estadual que está julgando processo que não é de competência dele, é de competência da União. Igual a Dr^a Viviane, em Campo Verde, e o juiz lá de Itiquira - não é competência dele, mas ele está julgando. Terra da União é a Justiça Federal que julga.

Então, há um erro, e eu queria perguntar como fazer para resolver essa questão. Eu sou presidente da Comissão de Segurança Pública da Assembléia Legislativa, e nós estamos segurando alguns despejos em Mato Grosso, em detrimento da decisão de alguns juizes que estão fazendo análises equivocadas, julgando de forma equivocado.

Primeiro, eu quero uma posição do INCRA, porque o INCRA tem que ser o defensor desse encaminhamento - a Procuradoria do INCRA. Segundo, eu acho que nós temos que conversar com o Desembargador Corregedor do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, o Sr. Mariano Travassos, para reavaliar os juizes, porque tem juiz que não pode julgar processos que envolvem terra pública da União.

Com a palavra, o Sr. Getúlio de Campos Borges Filho, Topógrafo, que dispõe de três minutos.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM A FINALIDADE DE DEBATER A REFORMA
AGRÁRIA NO ESTADO DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 28 DE MAIO DE 2003,
ÀS 13:30 HORAS.

O SR. GETÚLIO DE CAMPOS BORGES FILHO – Cumprimento o Deputado Zé Carlos do Pátio e os demais presentes.

Eu quero falar a respeito do INCRA, Deputado. Eu acho que falta uma integração entre o Executivo, o Legislativo e o Judiciário nessa questão. Nós que trabalhamos nessa área - eu trabalho com topografia -, nós levantamos muitas áreas e existe, como o Superintendente do INCRA falou, identificação de áreas que são da União, áreas que são do Estado e áreas que são dos municípios.

Agora, não tem um intercâmbio entre o INCRA, o INTERMAT e os demais órgãos para resolver isso. Um Juiz, no caso, pode até indeferir por desconhecimento, por não saber a quem pertence a área, se pertence à União ou se pertence ao Estado. Foram feitos vários levantamentos topográficos no Governo Dante de Oliveira, sendo identificadas diversas áreas, principalmente no Município de Novo Mundo, União do Sul, Rosário Oeste, Jangada e Acorizal. E esses levantamentos ficam parados no INTERMAT, algumas coisas são feitas, algumas coisas são adiantadas, mas uma grande parte fica parada, e não existe um intercâmbio entre o próprio INCRA e o INTERMAT para resolver esse problema. Eu acho que se tivesse um intercâmbio, uma abertura maior entre os órgãos, isso facilitaria muito para a resolução do problema.

Então, como técnico, sugeri ao Superintendente do INCRA que houvesse um intercâmbio melhor com o presidente do INTERMAT, para ver essas áreas que são levantadas, qual a situação dessas áreas, porque foi feito um levantamento, inclusive jurídico, através de um convênio entre o Estado e o PRODEAGRO - tem um levantamento de localização e um levantamento jurídico -, mas eles pararam por aí, engavetaram e as coisas ficaram paralisadas.

Eu acho que tem muita coisa, falta sentar e conversar. Por isso, eu gostaria de parabenizar Vossa Excelência pela realização desta Audiência Pública e gostaria até de sugerir que fossem realizadas novas reuniões para se trazer resultados, o que foi obtido com esta audiência, quais são os resultados que ela trouxe. Era isso que eu queria expor. Muito obrigado. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) – Com a palavra, o Sr. Lázaro de Freitas Cavalcanti, Professor (PAUSA). Ele apenas entregou um documento ao Superintendente do INCRA.

Com a palavra, o Sr. Sírio Júnior, representante do gabinete do Vereador Sivaldo Dias Campos.

O SR. SÍRIO JÚNIOR – Sr. Deputado Zé Carlos do Pátio, em nome de quem eu cumprimento todos os componentes da mesa; meu amigo e camarada Altamiro, um abraço especial; senhoras e senhores.

Trago aqui um recado do companheiro Sivaldo Dias Campos, que me incumbiu de vir a esta Audiência Pública trazer a sua posição política em favor da reforma agrária. Em toda e qualquer reunião para discutir reforma agrária, estará sempre presente o companheiro Sivaldo Dias Campos, quando não pessoalmente, porque hoje está em tratamento com uma fonoaudióloga, porque levou dois tiros na cabeça em função de sua posição política, para impedi-lo de exercer o mandato de vereador, para que com esse mandato pudesse ser um instrumento dos trabalhadores em defesa da terra. E é essa violência, senhor representante da Associação dos Proprietários, que nós vemos espalhada. Quantos trabalhadores sem-terra já foram vitimados e quantos assassinos estão na cadeia? Esses números comprovam a nossa violência.

Quando se fala em reforma agrária - o Deputado Zé Carlos do Pátio até fez uma pergunta -, por que o Estado não faz reforma agrária nas terras públicas? Essa é uma questão ideológica, porque o Estado tem dono. O Estado é um instrumento que tem dono, não é dos trabalhadores, é de uma elite que tem a terra como mercadoria e tem a terra como poder. Por isso,

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM A FINALIDADE DE DEBATER A REFORMA AGRÁRIA NO ESTADO DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 28 DE MAIO DE 2003, ÀS 13:30 HORAS.

usa a violência para impedir aqueles que querem a terra para produzir. E aí nós somos tachados de invasores. Invasor, senhores, é o fundo monetário internacional. Invasor é o Tio Sam, que depositou agora no Iraque milhares e milhares de quilos de bombas e matou milhares de pessoas para invadir aquela terra, para tomar petróleo. Os trabalhadores sem terra não são invasores, são ocupantes, porque querem produzir na terra para matar a fome. Por isso vem essa questão, hoje, do Governo Lula.

O Governo Lula, hoje, tem um compromisso histórico e ideológico, porque compreende perfeitamente a conjuntura política que o Brasil atravessa, a conjuntura política que levou o operário comprometido com a reforma agrária a ser poder neste país.

E nós estamos começando pelas terras do Estado, porque o Estado, agora, embora as elites ainda sejam donas deste Estado, tem um representante do povo lá, que vai começar a botar o dedo. E aí começam a aparecer algumas questões... Por exemplo: há muito tempo o Estado tem sido usado para enriquecimento ilícito. Muita gente, em nome da reforma agrária, tem aproveitado e deitado as mãos nos cofres públicos para supervalorizar a terra e enriquecer com terra podre.

Isso, Srs. Deputados, Vossas Excelências têm o compromisso de impedir. Isso, companheiro Leonel, que está na direção do INCRA; isso, companheiro Procurador, os senhores têm que impedir. Isso, senhor representante da Associação dos Proprietários Rurais, ninguém pode dizer que não é verdade, porque existem milhares e milhares de processos na Justiça, e o INCRA, hoje, está tendo a coragem de vir a público colocar isso.

Isso, companheiros, é fruto - nós não viemos aqui pedir nada, não - de uma conquista. Foram vinte e dois anos de lutas, vinte e dois anos de pancadas. Isso foi uma conquista. A reforma agrária não é pedinte, nós não somos pedintes, nós estamos lutando para conquistar.

Para concluir e deixar alguma coisa que seja produtiva, nós discutimos hoje no gabinete que achamos importante que as falcatruas cartorárias - como no caso das terras dos quilombolas, que são donos da terra a cento e vinte anos... Por isso o Deputado Ságua colocou que indevidamente aquele Juiz concedeu a reintegração de posse, porque a verdadeira posse é dos quilombolas.

Então, Srs. Deputados, a título de contribuição nesta Audiência Pública, é preciso que saiam, imediatamente, ações concretas da Assembléia Legislativa no tocante ao levantamento dessas falcatruas cartorárias que legalizaram não só terras públicas, mas terras do povo, para outros nomes, como é o caso da terra dos quilombolas em Mata-cavalo.

Eu acho que um bom indicativo foi o que nós discutimos, hoje de manhã, no gabinete: que saia um estudo desta Casa - esse pode ser um compromisso de Vossa Excelência, como representante desta Comissão - no tocante ao levantamento. Como esses cidadãos chegaram àquele título falso de propriedade? E o próprio Procurador do INCRA, que é um profundo conhecedor dessa questão, tem os documentos que provam a propriedade desde a primeira doação.

E aí, companheiros, quando se fala em primeira doação, tem a fala histórica, que faz um histórico do problema da terra. É como o conhaque *Dreher*: é de pai para filho, desde 1500. O que nós queremos é que essa terra seja para todos, não só para uma família.

Nós queremos, também, companheiro Altamiro, uma reforma agrária ampla, geral e irrestrita. Nós não queremos só mexer na terra da União, tem o latifúndio. Alguém aqui falou em latifúndio produtivo, mas eu não acredito nisso. O latifúndio só produz discriminação, porque há uma diferença entre o grande proprietário e o pequeno proprietário. O grande proprietário pode tudo, o pequeno proprietário não pode nada. Então, o latifúndio não produz nada. O latifúndio só produz desigualdade.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM A FINALIDADE DE DEBATER A REFORMA
AGRÁRIA NO ESTADO DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 28 DE MAIO DE 2003,
ÀS 13:30 HORAS.

Em outros países, por exemplo, nós podemos até citar o caso dos Estados Unidos, que fizeram reforma agrária em 1870, se não me engano. E por que não fizemos aqui? Por conta das nossas elites, que não aceitam essa intervenção dos trabalhadores e do povo.

A título de contribuição fica aqui a proposta do gabinete do Vereador Sivaldo Dias Campos. Deixo aqui o meu agradecimento e quero dizer que estamos lá, com o Vereador, aberto a qualquer discussão em apoio aos companheiros da reforma agrária. Reforma Agrária, companheiros, é uma luta de todos!

O SR. PRESIDENTE (ZE CARLOS DO PÁTIO) – No final, todos os componentes da Mesa terão direito de responder.

Sr. Sírio, eu vou fazer uma proposta e quero deixá-lo incumbido dessa tarefa. Nós temos aqui na Casa requerimentos tramitando, para a formação de várias comissões especiais, e já vou elaborar um requerimento propondo a formação de uma comissão especial para analisar a questão das terras públicas da União e do Estado, a fim de nos ajudar a mudar a Lei da Terra, até porque a Assembléia Legislativa, hoje, deu um apoio muito grande nesse projeto de lei nosso que foi vetado. Eu quero que o senhor trace um projeto, uma idéia de como devemos montar essa comissão especial, como devemos trabalhar isso junto com o INCRA e o INTERMAT.

Eu quero, de antemão, convidar a Deputada Verinha Araújo, o Deputado Ságuas, as pessoas que têm compromisso com a luta da reforma agrária, para formar essa comissão especial, inclusive analisando todos esses processos, como o do Quilombo Mata-cavalo e todos os processos de despejo que estão acontecendo em Mato Grosso.

É um absurdo o que estamos vendo. Eu sou presidente da Comissão de Segurança Pública e Comunitária, e se estamos segurando alguns despejos, isso é devido a um diálogo, mas quero expor a minha indignação... Inclusive, eu estou sendo intimado pelo Ministério Público do Estado, porque estou segurando alguns processos de regularização fundiária de terras públicas do Estado de Mato Grosso e estou sendo extremamente criticado na Comissão de Constituição e Justiça desta Casa. Mas eu não os entreguei porque são processos que tratam de terras do Estado, que querem legalizar a toque de caixa. Isso eu não vou aceitar, porque em todos os processos de legalização de terra, nos quatro anos de meu primeiro mandato como Deputado, eu não dei parecer favorável a nenhum, todos os pareceres foram contrários, porque são terras do Estado para a reforma agrária.

Em cima de sua fala, a partir de agora, quero discutir a formação de uma comissão especial na Assembléia Legislativa, para discutir esse tema e trabalhar ao lado do INCRA e do INTERMAT, forçando uma ação política, no sentido de buscar uma solução para isso. Sua proposta é muito interessante.

O Sr. Sírio Júnior – Vossa Excelência me permite um aparte?

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) – Pois não.

O SR. SÍRIO JÚNIOR – É preciso também, Srs. Deputados, que se faça uma reforma urbana, porque se falou no INCRA, mas tem terras do município. E nós vereadores - eu digo nós, me incluindo, porque sou membro do gabinete de um vereador - também queremos fazer a reforma, porque tem um tanto de sem-teto aqui no município, e vamos também levar essa discussão para as terras do município.

Vou levar essa proposição ao gabinete do Vereador Sivaldo Dias Campos e, com certeza, ele dará sua resposta. Como instrumento do mandato do vereador, eu estou à disposição dessa luta e dos companheiros. Muito obrigado. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) – Com a palavra o Sr. Wilson Aguiar, assessor da Senadora Serys Shessarenko.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM A FINALIDADE DE DEBATER A REFORMA
AGRÁRIA NO ESTADO DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 28 DE MAIO DE 2003,
ÀS 13:30 HORAS.

O SR. WILSON AGUIAR - Boa-tarde a todos os companheiros que estão na platéia. Eu gostaria de cumprimentar a Mesa em nome de uma minoria, uma minoria agradável, bonita, que é a Deputada Verinha Araújo.

Srs. Deputados, Sr. Superintendente, duas coisas são essenciais na questão da reforma agrária: primeiro, a corrupção. É preciso atacar a corrupção, não só a corrupção pública, mas a corrupção daqueles que usam as propriedades como fonte de negociar terras a preços exorbitantes - se nós não atacarmos esses dois processos, a reforma agrária não andarás neste Estado.

O segundo ponto que eu acho que é essencial, é que nós temos que trabalhar com um cadastro nacional daqueles que necessitam da terra, para provar de uma vez por todas que não são os trabalhadores que estão mentindo, não, tem muita gente boa neste país que mente há quinhentos anos para nós - essas são as duas coisas.

A outra coisa que eu acho que não dá para se ver no INCRA mais, é a enxurrada de denúncia de corrupção, tanto de funcionário como de venda de terras, do jeito que ocorreu em Mato Grosso nos últimos quatro anos. O que se tinha de área superfaturada não está em gíbi nenhum! Eu acho que isso tem que ser um compromisso desta Audiência Pública. Muito obrigado. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) – Eu quero cumprimentar o companheiro Arrepiado, lá de Poconé, que sempre lutou pela reforma agrária.

Com a palavra, o Sr. Eduardo Soares, da Gleba Santíssima Trindade, do Município de Itiquira.

Eu quero que todos prestem atenção à denúncia que o Eduardo vai fazer - esse pessoal já foi despejado umas três ou quatro vezes. As terras de lá são públicas, do Estado, e os fazendeiros, cada um, têm uma média de cem mil hectares a cinqüenta mil hectares. A última vez que eles saíram de lá, eles saíram a tiro. Lamentavelmente - e isso eu denunciei aqui -, a polícia estava sendo utilizada como jagunço contra os trabalhadores. Mas parece que eles estão avançando na luta deles. Eu vou deixar que o Eduardo faça um relato sobre a luta lá da Gleba Santíssima Trindade, no Município de Itiquira, que é terra devoluta do Estado.

Com a palavra, o Sr. Eduardo Soares.

O SR. EDUARDO SOARES – Boa-tarde a todos!

Em nome do Deputado Zé Carlos do Pátio, eu cumprimento toda a Mesa.

A nossa luta no Município de Itiquira, na Gleba Santíssima Trindade, é o seguinte: nós já fomos despejados várias vezes de lá, mas nós temos documento dizendo que a terra é do Estado, e não sabemos por que o INTERMAT está dando documento para o fazendeiro... Nós não sabemos porque temos aqui um documento de 1995, de um companheiro nosso, e o fazendeiro pegou um documento de 2000 e está registrando a terra em nome dele. E nós, onde ficamos? Algumas áreas de trabalhadores já foram extintas, as casas já foram derrubadas, eles já perderam suas plantações... Onde nós vamos ficar depois disso?

Nós gostaríamos, Deputada Verinha Araújo, que Vossa Excelência ajudasse o Deputado Zé Carlos do Pátio nessa questão...

A Sr^a Verinha Araújo (FORA DO MICROFONE) - Eu só tomei conhecimento disso agora.

O SR. EDUARDO SOARES – Nós só estamos pedindo agora para Vossa Excelência e ao Superintendente do INCRA também, para que os senhores dessem uma olhada no nosso caso. Aqui está o processo, no qual está se pedindo só o parecer do Procurador-Geral do Estado, e nós temos documentos que comprovam que se trata de terra do Estado, dada pelo INTERMAT.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM A FINALIDADE DE DEBATER A REFORMA
AGRÁRIA NO ESTADO DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 28 DE MAIO DE 2003,
ÀS 13:30 HORAS.

E nós estamos sujeitos a sair da área, porque o fazendeiro contratou quatorze paraguaios e os colocou dentro da área dele, para tirar os trabalhadores de lá, sendo que isso já foi denunciado para a Justiça de Mato Grosso, mas até hoje nada foi feito - a única coisa que fizeram, foi ir lá bater no trabalhador.

Nós viemos aqui denunciar isso e pedir o apoio de todos, para que seja visto o nosso lado também. O negócio está muito sério, e se nós formos sair de novo de lá, vai ter morte. O pessoal está falando que não vai sair da área. São cinquenta e sete famílias que não vão sair da área de jeito nenhum. Podem ir quinhentos policiais, pode ir seja quem for, que nós vamos enfrentar, porque a área é do Estado.

Mas o Estado está passando essa área para um só latifundiário, que declarou em juízo que tem quinze mil hectares e está regularizando uma área de mil, seiscentos e quarenta e cinco hectares, outra área de dois mil e cinco hectares e outra de dois mil e quinhentos hectares. Eu acho que isso não está certo, companheiros. Então, vamos à luta.

Deputado Zé Carlos do Pátio, parabéns por essa audiência pública que Vossa Excelência está realizando. Nós pedimos ajuda a todos. Inclusive, gostaríamos que Vossa Excelência pedisse, como membro da Comissão de Segurança Pública e Comunitária, que investigassem essa denúncia, porque tem quatorze paraguaios fazendo segurança dessa fazenda no Município de Itiquira, e nós estamos propensos a descer para lá, depois que sairmos daqui, montarmos uma comissão, ir para onde estão esses quatorze paraguaios. Nós vamos botá-los para correr ou nós vamos morrer. Das duas, uma, porque nós não agüentamos mais essa coisa, nós não agüentamos... Nós estamos desde de 1994 lá! Agora, o fazendeiro apresentou uma documentação no INTERMAT, e o pessoal passou, rapidinho, a titulação para o fazendeiro? Alguma coisa está acontecendo no órgão INTERMAT! Hoje, graças a Deus, nós somos bem tratados no INTERMAT, pelo novo presidente, e espero que continue sendo assim. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) – Eu quero dizer que esse processo – olhem o absurdo que está acontecendo... Foi iniciada uma ação discriminatória, que constatou que a terra era devoluta. E essa discriminatória foi para a Procuradoria-Geral do Estado, mas sumiu o processo lá. Daí, a Procuradoria-Geral do Estado alega que a ação voltou para o INTERMAT, que sumiu no INTERMAT. E a terra é devoluta, mas a Justiça está retirando os trabalhadores da área. Tem cabimento isso? Na verdade, o que está acontecendo é que o Estado está acobertando uma questão, porque a terra é pública - nós todos sabemos disso.

Outra coisa que eu acho um absurdo – e quero fazer a denúncia aqui mesmo – é que estou sendo intimado pelo Ministério Público... Eu já denunciei a legalização de várias terras públicas do Estado, mas o Ministério Público do Estado arquivou todas as minhas denúncias - eu denunciei envolvimento de laranjas, envolvimento de famílias... Tem processos, inclusive, nas minhas mãos, há quatro ou cinco meses, que estou segurando, por isso estou sendo intimado. Na verdade, como a Constituição Federal diz que pode legalizar no máximo dois mil hectares, eles estão legalizando, Leonel, dois mil e quinhentos hectares no nome do pai, dois mil e quinhentos hectares no nome do irmão, dois mil e quinhentos hectares no nome do filho, e a área vira um grande latifúndio, envolvendo famílias, parentes, e legalizando a área a preço de banana.

Eu estou sendo intimado pelo Ministério Público Estadual por causa disso, porque estou sendo contra isto. Agora mesmo, eu contratei um Advogado para mandar mais uma denúncia para o Ministério Público do Estado - inclusive, essa dificuldade que estou tendo, eu tive no meu primeiro mandato...

O Sr. Eduardo Soares – Deputado Zé Carlos do Pátio, o processo sumiu lá da Procuradoria, mas nós temos documentos comprovando que o Sr. Aparecido Alves pegou esse

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM A FINALIDADE DE DEBATER A REFORMA
AGRÁRIA NO ESTADO DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 28 DE MAIO DE 2003,
ÀS 13:30 HORAS.

documento na Procuradoria-Geral do Estado - nós temos documentos que comprovam isso. Então, nós não sabemos onde foi parar esse parecer da Procuradoria-Geral do Estado.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) – Muito obrigado.

Essas denúncias estão sendo gravadas e nós vamos intimar esse ex-presidente do INTERMAT, para saber as informações.

Com a palavra, a Deputada Verinha Araújo.

A SR^a VERINHA ARAÚJO – Eu queria ouvir mais, mas já que o Deputado me intimou... Nós estamos com um problema hoje, aqui na Assembléia Legislativa, porque nós estamos tendo Sessão o dia todo, e casou a Audiência Pública com a Sessão, mas nós vamos ficar mais um pouco aqui.

Eu quero dizer ao companheiro que, da minha parte, eu tenho um compromisso e sempre, onde fui chamada para estar com os trabalhadores, eu estive. Quando os senhores chamarem, qualquer um que estiver aqui, na medida que eu puder, estarei ao lado dos trabalhadores, como estou agora acompanhando essa questão do despejo que ocorreu na semana passada, dos nossos quilombolas da região de Nossa Senhora do Livramento.

Inclusive, quero colocar uma questão, Deputado Zé Carlos do Pátio, antes, porém, quero saudar a iniciativa de Vossa Excelência, saudar os companheiros que aqui estão, em nome do Leonel Wohlfarhart e do Altamiro Stochero.

Anteontem houve no Ministério Público Federal uma reunião com o nosso povo que vive naquela região de Nossa Senhora do Livramento, na qual estavam presentes pequenos produtores rurais que também foram assentados em áreas que eram da União, mas o Estado discriminou a terra e colocou os pequenos produtores rurais nela - inclusive em áreas que eram dos quilombolas.

Na semana passada, o Secretário de Justiça e Segurança Pública, quando houve o despejo, estive na área depois que o despejo tinha acontecido. Não sei se os senhores viram as fotos nos jornais, com o povo algemado, sentado, mães com criança no colo... Quer dizer, depois que acontece o despejo, que a autoridade vai ao local e diz que não sabe, não adianta, aí já aconteceu o despejo. E a autoridade não pode deixar acontecer o despejo, ela tem que evitar o conflito até o último momento, deve buscar a solução do problema.

Quero dizer ao Deputado Zé Carlos do Pátio, que é o presidente da Comissão de Segurança Pública e Comunitária, da qual faço parte, que essas questões de despejo, da forma como aconteceu, principalmente essa da região de Nossa Senhora do Livramento, onde a polícia foi chamada para fazer o despejo, sob uma ordem do Estado, com uma decisão judicial em que o Juiz não tinha autoridade para fazer o despejo e fez, como ocorreu lá, já que era uma área da União. É para esse tipo de questão que o nosso povo trabalhador está buscando respostas.

Companheiros e companheiras, chegou o momento em que temos que colocar tudo na mesa. Temos que colocar o que é área da União, e aí, se o INCRA hoje se dispõe a colocar na mesa o que é área da União, deve dizer também quem está na área e por que está na área; o que é área do Estado, quem está na área e por que está na área.

Se nós não fizermos isso, será uma confusão danada! Se você tem uma série de documentos que foram suplantados uns sobre os outros, e há os conflitos agrários, aí nós ficamos brigando com todo mundo. Temos que saber quem é realmente o culpado, para fazermos com que esse culpado disponibilize a área. Senão, nós não teremos solução, mesmo porque a questão também não é só a terra, o próprio INCRA tem colocado que os assentamentos, da forma como vêm ocorrendo - você pega a família, coloca na área, sem condições de plantar, sem ter água, sem ter instrumento de trabalho, sem ter acesso a crédito, sem ter como escoar produção -, só tiram o nosso

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM A FINALIDADE DE DEBATER A REFORMA
AGRÁRIA NO ESTADO DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 28 DE MAIO DE 2003,
ÀS 13:30 HORAS.

povo, que já está excluído da cidade, leva-o para o campo, mas ficar pior ainda, sem escola, sem saúde, etc.

Então, nós precisamos discutir como nós vemos a questão da terra. Primeiro, temos que colocar tudo na mesa, não é Altamiro? Vamos pôr tudo na mesa, realmente, vamos ter transparência. E não sei porque o INTERMAT não está aqui, não sei se foi justificada a ausência do INTERMAT, mas ele deveria estar aqui, porque não há como, hoje, nós falarmos que queremos a reforma agrária... Está bom! Aí, dizem que o Lula não está fazendo a reforma agrária... Não é só o Lula que tem que fazer reforma agrária, não. Tem muita terra do Estado também, muita terra do Estado com documento frio, muita gente com áreas grandes.

Eu concordo com o Sírio. Essa história de latifúndio, se o latifúndio não estiver produzindo, nós temos que discutir, no futuro, uma reforma nesse latifúndio também, porque a terra é finita, nós não temos o globo terrestre para fazer reforma agrária - se a terra é finita, chegará um momento em que nós temos muita gente querendo terra e não haverá terra suficiente. Nós precisamos rediscutir grandes áreas de terra na mão de poucas pessoas - e são terras que não têm nem gado às vezes, em que está só o gado e o povo passando fome.

Então, companheiros, a luta é grande, a luta pela reforma agrária não será resolvida da noite para o dia, mas tem que começar. Por isso, esta audiência pública é um começo, e espero que realmente dê resultado.

Eu sou uma Deputada muito pragmática, da mesma forma como quando fui Vereadora. Eu sou assim, eu trabalho para realmente construir algo, não é só para ficar fazendo barulho, não - as coisas que eu me propus a fazer, eu entrei para ter resultado. Então, se é para sentar para discutir isso, eu me disponho a construirmos essas saídas juntos, com transparência.

Eu não sou da Comissão de Terra, eu sou da Comissão de Educação, Cultura, Desporto e Seguridade Social, sou da Comissão de Segurança Pública e Comunitária, sou da Comissão de Cidadania, Amparo à Criança, ao Adolescente e ao Idoso, mas nesta luta da reforma agrária vocês têm uma companheira ao lado, solidária. Eu tenho uma história, já fui do campo, trabalhei no campo, meu pai é do campo. Então, eu sei do que estou falando, porque já usei essas mãos para plantar também.

Então, eu me disponho a construir a luta dessa forma, para que nós realmente comecemos a mostrar os caminhos concretamente para esse povo que está organizado e que está buscando respostas. Muito obrigada. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Quero informar à Deputada Verinha Araújo que fazer parte da Comissão de Terra aqui na Assembléia Legislativa é pior do que tirar pica-pau do oco, porque é a Comissão mais disputada, e como nós somos minoria, não é fácil. Eu procuro dar o meu parecer, nesta questão de terras, na Comissão de Constituição e Justiça, que é a mais importante, mas eles não dão muita prioridade e é ali que nós tentamos segurar essa questão.

Com a palavra, o Sr. Eudes do Carmo, representante da FETAGRI.

O SR. EUDES DO CARMO - Em nome de todos os trabalhadores e trabalhadoras rurais, eu quero cumprimentar a Mesa e agradecer pela oportunidade e pelo convite para estar nesta Audiência Pública.

Primeiro, em nome da Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado de Mato Grosso, quero deixar claro que, para a reforma agrária dar certo no Estado e neste país, temos que combater a corrupção que existe dentro da própria área de reforma agrária, porque nós vemos aqui juízes estaduais tomando decisões sobre áreas da União... Qual o interesse desses juízes? Se não é competência deles, se a área é da União, por que esses juízes têm que decidir e botar a polícia lá para despejar trabalhadores e trabalhadoras rurais?

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM A FINALIDADE DE DEBATER A REFORMA
AGRÁRIA NO ESTADO DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 28 DE MAIO DE 2003,
ÀS 13:30 HORAS.

Nós temos que, primeiro, combater essa corrupção, companheiros, porque não dá para vermos mais trabalhadores e trabalhadoras sendo despejados, mesmo estando assentados há dez ou vinte anos, e porque as áreas não foram legalizadas, eles estão sendo despejados hoje.

Há a questão da área de fronteira, na Grande Cáceres, em que nós temos que ter, imediatamente, companheiros e companheiras, uma posição, porque a coisa lá é vergonhosa. Algumas famílias estão na área há vinte anos, e hoje estão correndo risco ou estão sendo despejadas de lá.

Eu também quero dizer que esta é uma audiência pública importante, mas é uma pena que estejam aqui – pode ser que eu esteja equivocado – apenas três Deputados. Eu faço uma pergunta a todos os companheiros e companheiras...

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) – Apenas quero fazer um esclarecimento. Está ocorrendo uma Sessão agora na Assembléia Legislativa, e foi realizada uma Sessão Extraordinária hoje. Quero esclarecer, neste momento, até para não ser injusto.

O SR. EUDES DO CARMO – Mas nós temos que chamar para a responsabilidade, Deputado, porque a reforma agrária não é o Lula quem vai fazer; não é o INCRA de Mato Grosso, sozinho que vai fazer.

Uma audiência pública como essa devia ser convocada novamente, e serem chamados para a responsabilidade todos os Deputados e todas as Deputadas, porque eles foram eleitos com o voto de vários trabalhadores. Eu sei que todos têm outros afazeres. Agora, deixo uma sugestão: que chamem todos esses Deputados à responsabilidade, porque nós temos coisas sérias acontecendo dentro do Estado, embaixo de nossos olhos, e parece que ficam dois ou três Deputados para resolver a situação.

Volto a repetir, a reforma agrária não é o Lula quem vai fazer; não é o companheiro Leonel, do INCRA, quem vai fazer. Nós temos que chamar à responsabilidade as Câmaras de Vereadores, os prefeitos, os sindicatos, as associações, à comunidade, porque na hora em que começarem a discutir a reforma agrária numa audiência pública como essa, Deputado, envolvendo o público que realmente depende da terra para tirar o sustento dela, nós vamos ter mais avanço.

Então, em nome da Federação dos Trabalhadores na Agricultura, eu quero dizer que estamos lá de braços abertos para sentar e discutir. Agora, não dá para aceitar mais decisões atropeladas, porque o Juiz chega lá e resolve, coloca a polícia em cima do pessoal, despeja, como aconteceu aqui em Diamantino na semana passada, quando morreram três trabalhadores.

E quando precisamos da polícia, temos que fazer ofício, temos que implorar para ela ir lá nos dar segurança. Por que na hora em que não precisamos da polícia, ela está lá despejando o trabalhador e a trabalhadora? Quero repudiar isso aqui. Por que o Secretário de Justiça e Segurança Pública chega lá depois que aconteceu o despejo? Eu acho que o Secretário de Justiça e Segurança Pública e a polícia têm que estar lá antes de acontecer, porque lá se corre o risco de assassinar crianças, assassinar trabalhadores, trabalhadoras e fazendeiros também. Nós não queremos isso, nós queremos uma reforma agrária com justiça e sem violência, porém, neste momento, está ficando difícil. Muito obrigado. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) – Eu já apresentei uma proposta de formação de uma comissão especial e quero fazer outra proposta, para depois fecharmos esta audiência pública. Eu proponho que seja marcada uma audiência com o Secretário de Justiça e Segurança Pública, através da Comissão de Segurança Pública e Comunitária, da qual sou presidente e a Deputada Verinha Araújo é membro, e quero convidar o INCRA, o INTERMAT e os movimentos organizados para discutirem quais os processos que receberam ordem de despejo, para

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM A FINALIDADE DE DEBATER A REFORMA AGRÁRIA NO ESTADO DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 28 DE MAIO DE 2003, ÀS 13:30 HORAS.

avaliarmos um por um com o Secretário de Justiça e Segurança Pública, para examinarmos aqueles que realmente estão de acordo com as normas ou não.

No processo do Assentamento Boa Esperança, por exemplo, em Campo Verde, de dez mil hectares de terra, já está definido que as terras são da União, e um Juiz aqui do Estado decidiu despejar os assentados, e isso é um absurdo, porque vai provocar mais mortes ainda.

O Sr. Sírio Júnior (FORA DO MICROFONE) - Deputado, nós fizemos uma reunião na segunda-feira - o Dr. João estava lá -, e o Governador foi claro ao dizer que todas as ações de despejo que foram decretadas a partir de janeiro serão cumpridas.

O Sr. José Orlando Muraro - Sírio, isso não está sendo cumprido, porque no assentamento de Itaguaíra - inclusive, destruíram a cesta básica desta semana, que veio do programa nacional - a ordem de despejo é do ano passado. Quer dizer, na realidade, ele se comprometeu, mas não está conseguindo segurar os militares.

O Sr. Sírio Júnior (FORA DO MICROFONE) - São palavras do Governador. Ele disse que as ordens antigas ele não vai cumprir, mas as novas ele vai cumprir. Então, eu peço que, dessas propostas do Deputado, essa seja urgente, porque, senão, vai chegar atrasado.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) – Então, vamos marcar a audiência para a semana que vem.

A Sr^a Verinha Araújo - Eu faço uma outra sugestão também, com relação ao despejo... Estou falando isso porque é um absurdo o que aconteceu na semana passada, quando o Secretário de Justiça e Segurança Pública disse que não sabia dessas ações de despejos, que esses juízes estão julgando ações de despejo. Eu sugiro que façamos um documento nosso, da Assembléia Legislativa, para que eles, antes de julgarem, se dirijam à área para conhecer a situação, para ver o que eles estão decidindo.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) – Está correto. E tenho mais um encaminhamento: nós vamos chamar toda a imprensa para denunciar esses juízes, em cada município, que estão sentenciando de forma equivocada. Vamos chamar a imprensa para essa audiência com o Secretário de Justiça e Segurança Pública.

O Sr. Antônio Cândido da Paixão – Deputado, eu gostaria de dar uma sugestão sobre isso.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) – Com a palavra, o Sr. Antônio Cândido.

O SR. ANTÔNIO CÂNDIDO DA PAIXÃO – Sugiro que seja feita uma representação contra esses juízes na Corregedoria no Tribunal de Justiça. Vamos entrar com uma ação contra esses juízes também. Eu não sei a quem caberia isso, mas que haja uma representação contra esses juízes que estão tomando decisões em causas que não lhes competem.

Também gostaria de fazer outra sugestão, a título de cooperação e como conclusão, que o INCRA faça uma ampla divulgação das áreas públicas da União, para que, nos municípios, os prefeitos e as lideranças possam conhecer, saber quais são as áreas realmente da União e que haja um trabalho de divulgação nesse sentido, para que possamos agir com mais segurança. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) – Peço que a equipe da Taquigrafia faça um resumo de todas as propostas que estão sendo encaminhadas, porque, na verdade, a Ata de uma audiência como esta tem mais de quinhentas páginas. Então, ela tem que ser resumida, com propostas, para nos ajudar nos encaminhamentos depois desta audiência pública. Também quero parabenizar as Taquígrafas pelo trabalho eficiente que sempre desenvolveram.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM A FINALIDADE DE DEBATER A REFORMA
AGRÁRIA NO ESTADO DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 28 DE MAIO DE 2003,
ÀS 13:30 HORAS.

Antes de passar a palavra ao Sr. João Batista Brandão, eu convido a Deputada Verinha Araújo para assumir a direção dos trabalhos.

(A SRª VERINHA ARAÚJO ASSUME A PRESIDÊNCIA ÀS 15:42 HORAS.)

A SRª PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) – Com a palavra, o Sr. João Batista Brandão.

O SR. JOÃO BATISTA BRANDÃO – Em nome da Deputada Verinha, eu quero cumprimentar a Mesa.

Eu quero colocar, Deputado Zé Carlos do Pátio, que nós precisamos reivindicar nossos direitos - quando eu vi que fui cortado, eu soube gritar também.

Eu tenho aqui um material, o Padre Antonino sabe disso, porque ele é meu conterrâneo e sabe da minha luta, mas não sou de movimento, de aparecer, muitas vezes fico nos bastidores. A nossa luta vem desde 1984, quando nós trabalhávamos em Nova Brasilândia com os posseiros do Lote 11 - eu tinha naquela época 17 anos e fazia parte do grupo dos jovens de Chapada dos Guimarães - e organizamos a Pastoral da Terra em Chapada dos Guimarães. Então, a nossa luta vem de muito longe.

O Sr. Jaime Muraro já esteve em Chapada dos Guimarães, e ele até colocou que é uma fruta podre na sociedade, mas eu provei o contrário. E aqui estou lutando pela terra, companheiros. O Toninho, que está compondo a Mesa, é testemunha, e o Emídio de Souza também é testemunha de nossa luta.

E quero deixar esse documento da Pastoral da Terra, dizendo que companheiros nossos de Jauru faleceram. Está aqui: “a luta pela terra faz dezoito mortos em Jauru”. Foi na Gleba Mirassolzinho. Então, esse documento deve ficar guardado, porque essa luta pela terra é grande, é histórica, é bíblica. E só se consegue adquirir terra, muitas vezes, pela mansidão ou, outras vezes, pela ação do homem para tomar posse de uma área.

Nesse momento, nós resolvemos criar uma audiência pública em Chapada dos Guimarães. E hoje eu fui falar com o Dr. Leôncio, assessor jurídico do INTERMAT, e ele me disse que se nós quiséssemos terras, que nós tomássemos conta da nossa área lá. Mas eu vou provar para ele que tem um pessoal nosso lá. Nós vamos formar um movimento e nós vamos acampar lá perto da Gleba Concisão e fazer um movimento de vigília pela terra.

Nós não teremos medo, também, de pistoleiros. Lá na Mineradora Pedra Grande estão sendo contratados pistoleiros, com ordem de matar, e recebendo, para cada cabeça que rolar, três mil - e por dia está rolando lá em toda a região....

O INTERMAT e a Procuradoria-Geral do Estado - PGE foram lá anteontem, e tem um cidadão que a cada dia aumenta a inscrição dele.

Então, quero fazer uma denúncia aqui, para encerrar, dizendo que esta audiência pública deve ser uma vigília, e que a cada mês nós venhamos aqui para discutir os problemas sobre a posse da terra...

O Borges já esteve em Chapada dos Guimarães, conhece a Gleba Jangada Roncador, e tem uma coisa que eu quero denunciar, porque nós temos ética nela luta pela terra. O posseiro, quando pegar a terra, ele deve assumir o compromisso de não vendê-la. E a Gleba Jangada Roncador está virando comércio. Tem um cidadão com mais de três mil vacas, que comprou uma posse na área, e assim por diante. Eu quero fazer um ato de repúdio ao INTERMAT - eu falei com o Dr. Leôncio hoje, e ele disse que estaria aqui ou que haveria algum representante do INTERMAT...

E quero fazer essa denúncia porque nós temos que tomar providências, Borges - também como o senhor falou -, para retomar a terra daquelas pessoas que estão vendendo terras públicas. Elas recebem a terra, no documento está declarado que ele não pode arrendar, não pode se

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM A FINALIDADE DE DEBATER A REFORMA AGRÁRIA NO ESTADO DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 28 DE MAIO DE 2003, ÀS 13:30 HORAS.

isentar da área e não pode vender. Então, quem compra, sabe que está comprando uma terra de forma ilegal; e quem vende está fazendo um ato ilícito e estragando o movimento, muitas vezes sendo usado por latifundiários, que dizem que a ele que pode pegar a terra para vender. Então, é essa denúncia que quero deixar de forma bem clara aqui.

Em Chapada dos Guimarães, daqui a uns dias, queira Deus que não saia nas páginas de jornais... E nós vamos lutar pelas nossas terras. Nós vamos fazer como você falou... Amanhã ou depois de amanhã, nós estaremos instalando o nosso acampamento, fazendo uma vigília pela terra na Gleba Concisão, e lutando para requerer todas as terras, porque tem muito cambalacho naquela região de Chapada dos Guimarães, Nova Brasilândia, Planalto da Serra e toda região.

A SR^a PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) – Com a palavra, o Sr. Gilmar Bruneto.

O SR. GILMAR BRUNETO – Boa-tarde a todos. Cumprimento a Mesa e todos os participantes em nome da companheira Deputada Verinha Araújo.

Dizer porque a reforma agrária não funciona neste país é muito fácil. Quarenta e três por cento do PIB brasileiro são consumidos pela corrupção. E dentro da reforma agrária, ela também está inserida.

Eu queria propor, inicialmente, Deputada Verinha Araújo, que fosse formada uma comissão de Deputados nesta Casa, para visitar alguns assentamentos deste Estado, principalmente aqueles que foram adquiridos pelo Estado, através da desapropriação das terras. Eu quero citar um exemplo, a Sadia, aqui na estrada que vai tanto para Cáceres como para Jangada... Os senhores não sabem o preço que foi pago! Isso tem que ser denunciado, porque hoje, depois de quatro anos, mais de trinta por cento das pessoas que foram beneficiadas não estão mais lá, porque elas não compraram terra para fazer asfalto, porque só tem cascalho lá, não tem água - o abandono é total... Então, a questão da reforma agrária é seriíssima. Se há tanta terra pública, por que foi feito isso?

Eu acho que está na hora de o nosso Governo Lula tomar uma providência e punir aqueles que fizeram essa desreforma agrária para o país e para o Estado de Mato Grosso - essa providência tem que ser tomada.

Quero propor também, Deputada Verinha Araújo, a formação de uma comissão de Deputados, que se leve a imprensa, Juiz, seja lá quem for, para ir lá e ver *in loco*, para nós termos um diagnóstico disso, e também para que o nosso Governo não cometa os erros que o Governo do passado cometeu - eu acho que este Governo não vai fazer isso.

Nós estamos preocupados com a questão da reforma agrária, porque parece que o problema não é mais a terra, não. Se você for aos assentamentos, vai ver que mais de trinta por cento das pessoas abandoaram a terra. Então, o problema não é mais a terra, não é mais. Os problemas são outros. Milhões de reais do PRONAF foram investidos, mas o que está acontecendo é que a pessoa está inadimplente, não pode mais comprar sequer uma calça no comércio, porque o nome dele foi para o SPC. Tudo isso porque faltou um programa maior, para que ele fosse viabilizado dentro da propriedade, e isso não está ocorrendo.

Então, quero propor outro encaminhamento - e agradeço à Deputada Verinha Araújo pelo que ela já fez, porque ela aprovou nesta Casa a realização de uma audiência pública onde... O nosso objetivo maior é trazer aqui o Ministro do Desenvolvimento Agrário, Dr. Miguel Rossetto, não para atacá-lo aqui, mas para propor, no âmbito de Mato Grosso, uma parceria entre Governo Federal, Governo Estadual e municípios, mas uma parceria bem clara, transparente, cada um com sua responsabilidade. Mas, Deputada Verinha Araújo, está difícil para ele vir aqui...

A SR^a PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Gostaria de esclarecer, Sr. Gilmar Bruneto, que estamos agendando a vinda dele para a primeira quinzena do mês de agosto, porque

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM A FINALIDADE DE DEBATER A REFORMA AGRÁRIA NO ESTADO DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 28 DE MAIO DE 2003, ÀS 13:30 HORAS.

ficou determinado que no mês de junho este local em que estamos, será utilizado somente para as discussões da LDO; além disso, no mês de julho temos o recesso - infelizmente ainda temos recesso, estamos tentando acabar com ele, mas está difícil. Em função disso, vamos agendar a vinda do Ministro Miguel Rossetto para os primeiros quinze dias de agosto.

O SR. GILMAR BRUNETO - E nós estamos aqui com um documento formulado pelas entidades, para podermos acabar, de uma vez por todas, com essas questões.

Para finalizar, quero dizer que se o pobre depender da Justiça de Mato Grosso, vai continuar pobre, miserável e vai parar no Carumbé ou no Pascoal Ramos, porque o rico consegue as coisas, mas o pobre não consegue. Então, tem que ficar claro: acreditar na Justiça de Mato Grosso, nem pensar.

A SRª PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Passo a palavra para os membros da Mesa, para podermos fazer o fechamento desta audiência pública. Vamos começar pelos proprietários. Com a palavra, o Sr. Paulo Rezende.

O SR. PAULO REZENDE - O mui digníssimo representante do Vereador Sivaldo Dias Campos falou em violência por parte dos proprietários rurais... Eu acho que a violência vem de ambas as partes. Quando o trabalhador rural incendeia casas, incendeia tratores, depreda propriedades, isso também é violência. A violência não tem mão única, tem mão dupla.

Também estão sendo muito atacados juízes e o Poder Judiciário, mas eu acho que temos que respeitar as instituições, nós temos que acreditar nas instituições. E outro problema que o nosso amigo levantou aqui, com um tom pejorativo, foram as grandes propriedades - foi falado em latifúndio. Eu vou dar um exemplo claro aqui do que é um grande proprietário. O Governador do Estado de Mato Grosso, Sr. Blairo Maggi, é um grande proprietário, deve ter mais de cem mil hectares de terras, é o maior produtor individual de soja do mundo. Então, esse homem tem que ser reverenciado e aplaudido pela sociedade, porque hoje quem alavanca a balança comercial... (VAIAS)

A SRª PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO - FAZENDO SOAR A CAMPAINHA) – Companheiros, vamos garantir ao orador o direito à palavra, mesmo que nós discordemos, porque depois outras pessoas poderão responder, outras pessoas falarão. Então, vamos garantir a ele o direito de falar e de nós ouvirmos também.

O SR. PAULO REZENDE – Deputada, eu agradeço a sua interferência. Feliz do povo que tem o direito de vaiar qualquer representante de uma entidade de classe. Isso é democracia. (PALMAS)

Hoje, por exemplo, o que alavanca a balança comercial brasileira, o que traz divisas e riquezas para este país é o agronegócio. Os produtores rurais são os maiores alavancadores de recursos.

A SRª PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) – Com a palavra o Sr. José Orlando Muraro, assessor do INCRA.

O SR. JOSÉ ORLANDO MURARO – Senhores, vamos tentar sistematizar a história. Existe um livro, da Gislaïne Moreno, intitulado “Os descaminhos da apropriação capitalista da terra no Mato Grosso”, que é o estudo mais profundo sobre como foi a questão da titulação praticada pelo INTERMAT em terras do Estado. No final, ela coloca uma relação, até 1990, das áreas que foram arrecadadas pelo Estado de Mato Grosso - aqui tem a relação, mas, lamentavelmente, este livro não está editado, e as grandes falcatruas de dez, quinze anos atrás estão aqui. A Gislaïne é aposentada da UFMT e hoje está na UNIRONDON.

Eu gostaria de informar que o INCRA tem a relação das terras da União, que são estas aqui, e nós estamos plotando em imagem de satélite - elas estão aqui.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM A FINALIDADE DE DEBATER A REFORMA
AGRÁRIA NO ESTADO DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 28 DE MAIO DE 2003,
ÀS 13:30 HORAS.

Concordo plenamente com o que diz o prefeito: isso é informação pública e não pode ser negada.

Para não apurar mais o pessoal do Paredão, o Sr. Joaquim... A área do Paredão foi titulada pela União, só que quem comprou nunca pagou. Vocês acreditam? Nunca pagou. Portanto, ele nunca cumpriu com as obrigações. Diz o título dele que o INCRA tem que fazer uma vistoria e, posteriormente, nós vamos requerer a declaração de nulidade.

E nós estamos amarrados a um problema complicado no INCRA: o orçamento do INCRA não está liberado. Agora, a grande notícia... E ela pessoalmente me satisfaz, porque dias atrás eu chamei um Juiz de racista, e a imprensa deu destaque ao fato, porque ele prolatou uma sentença negando a tutela antecipada, de foram irônica e sarcástica. E a minha revolta foi porque ele publicou a sentença dia treze de maio. Eu disse a ele: olha, a comunidade negra, cento e vinte anos depois, não tem nada o que comemorar, só tem uma mísera de uma data e um cidadão vai e faz uma palhaçada dessa. Eu chamei o cidadão de racista, de calhorda, de ignorante... Eu acho que Juiz tem de ser no coturno, não tem alisamento comigo...

A SR^a PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO - FAZENDO SOAR A CAMPAINHA) - Solicito que o Deputado Zé Carlos do Pátio reassuma a direção dos trabalhos. (O SR. DEPUTADO ZÉ CARLOS DO PÁTIO REASSUME A PRESIDÊNCIA ÀS 15:56 HORAS.)

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Continua com a palavra o Sr. José Orlando Muraro.

O SR. JOSÉ ORLANDO MURARO - Muito bem, ontem saiu uma notícia no jornal *A Gazeta*, dizendo que o Juiz foi afastado da 2^a Vara, que é a Vara que está apreciando as terras de quilombo. Quer dizer, tranqüilamente, por debaixo dos panos, ele foi afastado.

Houve, realmente, uma manifestação pública dos Juízes Federais dizendo que eu havia me excedido nas palavras. Mas eu achei que foi pouco, eu queria estar frente a frente com ele para dizer muito mais coisas, porque eu achei aquilo um ato provocativo. Agora, assumiu o Dr. Paulo César.

Agora, tocou o telefone - na hora em que o colega falava -, e o Dr. Paulo César revogou a ordem liminar na fazenda de Carlos de Campos Maciel e determinou o retorno dos quilombolas. Eu quero deixar bem claro que isso para mim é uma questão muito pessoal, porque estou sofrendo uma sindicância terrível na Defensoria Pública. O pior assassino deste Estado, o pior esturador, o pior ladrão tem um Advogado pago pelo Estado, que ganha cinco mil e oitocentos reais para defendê-lo. Mas a comunidade negra não tem defensor. Nós estamos com cento e setenta liminares de despejo e não tem ninguém para defender os trabalhadores. Nós estamos com problemas de seringueiros e não tem ninguém para defender os trabalhadores. E a Defensoria Pública ainda toma a medida de me afastar por noventa dias, porque meti o coturno no Juiz. Mas Deus é grande e a Justiça está aí. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) – Neste momento, eu quero passar a palavra ao Sr. Altamiro Stochero, coordenador estadual do MST - Movimento Sem –Terra.

O SR. ALTAMIRO STOCHERO – Boa-tarde a todos!

Falar de reforma agrária não é falar só de distribuição de terras. Quando se fala em reforma agrária cada um tem a sua concepção, cada um entende de um jeito. Eu entendo, e o Movimento Sem-Terra também, que a reforma agrária só vai ser possível quando o Governo Federal tiver a coragem de enfrentar o latifúndio e determinar, de fato, que a reforma agrária seja implantada. Não precisa ser como os americanos fizeram no Japão, de pegar o fuzil, subir na mesa e dizer que estava decretada a reforma agrária.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM A FINALIDADE DE DEBATER A REFORMA AGRÁRIA NO ESTADO DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 28 DE MAIO DE 2003, ÀS 13:30 HORAS.

Aqui, dá para ser diferente. É só o Governo Federal decretar o tamanho máximo da propriedade, porque você não acha um desgraçado que seja contra a reforma agrária, mas poucos estão prontos para ajudar. Já que ninguém é contra a reforma agrária, vamos lutar juntos para delimitar o tamanho máximo da propriedade. Já existe uma Proposta de Emenda Constitucional para que se delimite o tamanho máximo da propriedade em trinta e cinco módulos fiscais. Então, em Mato Grosso, ninguém teria mais do que três mil hectares, e aí não teria problema de lutar pela terra.

Agora, eu pergunto: será que os homens do Congresso deixam? O Estado foi feito para quem? Para os pobres ou para os ricos?

(SR. SÍRIO FILHO FALA FORA DO MICROFONE – INAUDÍVEL.)

O SR. ALTAMIRO STOCHERO – Nenhum militante de esquerda disse que democracia só vai existir no Brasil quando não faltar pão na mesa de nenhum cidadão. Eu acho que estamos muito longe da democracia. Acho que quem fala em democracia tem que estudar um pouco mais para dizer que estamos num Estado democrático. Só falar não é democracia. Democracia é também ter comida, ter terra, ter trabalho, ter saúde, ter escola, ter uma vida decente, como gente, porque hoje os pobres não são tratados como gente, são tratados como animais, vivem embaixo de barracos de lona, nem o direito de comer eles têm, e ainda têm que lutar, trancar BR, fazer ocupação para terem direito a uma cesta básica. Nós enxergamos humilhação todos os dias, distribuição de um colchãozinho para os pobres, para fazer propaganda eleitoral; distribuição de um pratinho de comida para o pobrezinho... Isso é humilhação para o nosso povo, isso é humilhar os pobres. É aí que temos que nos enraivecer contra esses malditos.

E aí, quero repetir o que um Padre disse uma vez: ele disse que Deus fez a terra e distribuiu a todos os seus filhos, mas veio o diabo, fez a escritura e redistribuiu para meia-dúzia. Então, os filhos, que são filhos de Deus e acreditam nele, têm que lutar pela reforma agrária. Não se iludam que o Lula vai fazer. Só vai sair reforma agrária, se o povo lutar e fizer a reforma agrária.

Então, nós não podemos acreditar que a Justiça vai fazer reforma agrária, está aí o exemplo de Mata-cavalo... Há companheiros que estavam há dez gerações em cima da terra, depois, chega um desgraçado com um documento falso, fabricado em cartório, e está lá com direito à reintegração de posse. Então, não se iludam com a Justiça, porque é um aparelho do Estado para defender a burguesia.

Mais uma coisa, para eu terminar e ir para casa dormir mais tranquilo e continuar lutando, fazendo ocupação de terra, que é o que nos cabe e vamos fazer. A pequena propriedade é responsável por quase 80% da mão-de-obra empregada no campo, é responsável por mais de 75% da comida que entra na mesa de cada cidadão brasileiro. Portanto, o latifúndio não gera emprego e não produz comida para o nosso povo. Se terminarmos com o latifúndio hoje, ninguém vai sentir falta, muito menos saudade do latifúndio. Podemos terminar com ele hoje, por isso a luta é contra o latifúndio, pela democracia e também pela soberania nacional.

Por isso eu acho - aliás, tenho certeza, estou com 38 anos e já dá para ter certeza absoluta - que a reforma agrária neste país só vai sair se o povo se organizar e lutar. Não tem outro jeito. Por isso eu proponho, Deputado, que se faça uma ampla campanha de divulgação no Estado - já que não encontramos ninguém que seja contra a reforma agrária - da Proposta de Emenda Constitucional definindo o tamanho máximo da propriedade rural, porque assim nós resolveremos o problema do latifúndio e poderemos brigar com o Lula para fazer a reforma agrária de verdade. Muito obrigado. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) – Eu quero dar a palavra, pela Ordem, para o Sr. Altamiro Stochero, para ele explicar melhor esse encaminhamento, porque muita gente precisa saber dessa campanha e o que é uma PEC...

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM A FINALIDADE DE DEBATER A REFORMA
AGRÁRIA NO ESTADO DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 28 DE MAIO DE 2003,
ÀS 13:30 HORAS.

O SR. ALTAMIRO STOCHERO – O que existe é um grupo, a ABRA - Associação Brasileira da Reforma Agrária, que fez uma Proposta de Emenda Constitucional, que foi encaminhado por uma Senadora de Santa Catarina - ex-Deputada Federal -, no sentido de que seja delimitado o tamanho máximo da propriedade no Brasil inteiro.

Para vocês terem uma idéia, se nós exterminarmos vinte e sete mil latifúndios no Brasil, dá para assentar todas as famílias sem terra - 4,6 milhões de famílias. No Estado de Mato Grosso, não é preciso acabar com mais de oito mil latifúndios para assentar todas as famílias sem terra. Então, daria, se nós delimitarmos o tamanho máximo da propriedade...

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) – Qual é o tamanho da área...

O SR. ALTAMIRO STOCHERO – Trinta e cinco módulos fiscais, no máximo. Isso no Brasil inteiro.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) – Cada região tem um tamanho de módulo?

O SR. ALTAMIRO STOCHERO – Cada região tem um módulo. No Mato Grosso, o módulo maior é de cem hectares, então, nós teríamos três mil e quinhentos hectares, no máximo. Aí, nós não precisaríamos ficar preocupados com a balança comercial para vender soja para dar de comer para os porcos dos americanos, e produziríamos comida para o nosso povo aqui do Brasil mesmo. E não precisaríamos de cesta básica, vale não sei o quê... Nós mandaríamos tudo isso para o inferno, e poderíamos produzir comida, porque é isso que nós queremos fazer. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) – Sr. Altamiro, como o senhor acha que nós poderíamos fazer essa campanha? Eu estou sabendo disso hoje, e gostei da idéia - nós temos que ser humilde. Como é que você acha que nós poderíamos fazer essa campanha?

O SR. ALTAMIRO STOCHERO – Nós poderíamos fazer uma campanha, via Assembléia Legislativa, de divulgação e de coleta de assinaturas. E nós pegaríamos todos os nossos Deputados Federais e Senadores que são favoráveis - acredito que todos eles sejam favoráveis à reforma agrária -, e começaríamos a mobilizar o Congresso para que votasse a favor da Proposta de Emenda Constitucional. E a Assembléia Legislativa poderia discutir com os fazendeiros daqui, para ver se eles concordam com a Proposta de Emenda Constitucional que delimita o tamanho da propriedade. E muitos Deputados terão que vender um pedacinho de suas terras, ou doá-las, devolvê-las ao Estado...

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) – Eu gostaria de fazer uma sugestão: que o senhor elaborasse uma planilha para nós fazermos esse abaixo-assinado - nós providenciaríamos e os trabalhadores encabeçariam isso. Nós bolaríamos o material para vocês saírem. É lógico que nós vamos forçar a assinatura, mas temos que ser realistas, nem todos os Deputados assinarão, mas eu assino, e tenho certeza de que o Deputado Ságuas assina, a Deputada Verinha Araújo assina, e nós vamos achar vários Deputados que assinam.

A proposta é boa e eu quero que o senhor faça a planilha, Sr. Altamiro - e vamos para a campanha. Eu até me proponho a ver um caminho... A Proposta de Emenda Constitucional já está tramitando no Congresso Nacional? (PAUSA) Então, nós podemos criar uma forma de divulgação disso na imprensa - a Assembléia Legislativa pode ajudar na divulgação disso.

O SR. ALTAMIRO STOCHERO - O material está pronto, e posso entregá-lo amanhã ou daqui a pouquinho. É só pegar minha pasta, que está com um companheiro. Eu posso entregar agora um *folder* da medida provisória, que está com um companheiro, lá na minha pasta - eu não quis trazê-la para a mesa porque está muito “pesada de problemas”... (RISOS)

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Muito obrigado, Sr. Altamiro.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM A FINALIDADE DE DEBATER A REFORMA
AGRÁRIA NO ESTADO DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 28 DE MAIO DE 2003,
ÀS 13:30 HORAS.

Com a palavra, o Superintendente do INCRA, para as considerações finais. Eu gostaria, Sr. Leonel, que o senhor nos ajudasse a dissecar as principais prioridades e propostas que saíram desta audiência pública, de forma prática, para nós fazermos os encaminhamentos - a Deputada Verinha Araújo tem razão, nós temos que ser práticos.

O SR. LEONEL WOHFARHARD - Primeiro, tem uma pergunta que foi destinada a mim pelo Professor Lázaro, e eu vou tentar fazer com que ela seja entendida: como o INCRA vai resolver as questões de compra e venda de lotes destinados à reforma agrária, visto que a própria instituição sabe desta causa e nada faz para impedir? Segunda pergunta: qual o motivo por que, para conseguir o seu pedacinho de terra, os trabalhadores devem ficar confinados em barracos, no meio do mato, como animais, sem nenhuma condição humana? A terceira: o que está sendo feito para retomar, de fato, as terras públicas das mãos de grandes latifundiários, entre eles alguns políticos de nosso Estado? A pergunta é do Município de Rio Verde.

Eu tenho consciência de que essas questões devem ser resolvidas, mas não é só dizer que está pronto, e está pronto. Nós estamos criando uma comissão que vai organizar, junto com a sociedade civil, porque é importante transmitir responsabilidades para os movimentos sociais, para nós fazermos a retomada dos lotes daqueles que não são clientes da reforma agrária. E as primeiras visitas para se conferir isso serão feitas a partir do dia 1º de junho, que é quando teremos o nosso orçamento liberado.

Então, há uma comissão formada dentro do INCRA, e nós vamos trabalhar com os movimentos sociais, com o MST, com o MTA, com a FETAGRI e com vários outros movimentos isolados aqui do Estado, para fazermos isso. A nossa primeira providência será a instalação disso. E esse é um problema que, para que seja resolvido, nós também vamos precisar da Justiça. Então, a solução será vagarosa, não vai acontecer de uma hora para outra.

E nós estamos encaminhando a questão das terras públicas... Como o nosso assessor já falou, nós fizemos um pequeno exercício, pela primeira vez, com uma área, para ver se a nossa elaboração estava certa, para retomar realmente. E nós tivemos sucesso, o INCRA já está imitado na posse - a terra fica aqui perto de Diamantino. Por isso, a nossa Procuradoria já está formulando e enquadrando outros processos, para seguir esse mesmo ritmo. E essa é a discussão que nós fizemos também com os movimentos sociais, e vamos apresentar-lhes esse nosso livrinho aqui, onde estão plotadas já quarenta e poucas áreas públicas do Estado - nós estamos plotando as áreas e vamos ofertar esse material - assim como já foi pedido aqui -, para divulgarmos quais são as terras públicas. E nós temos as matrículas, a relação de todas as terras públicas da União aqui no Estado. Essa informação é aberta, quem quiser pode pegar uma cópia desse material no INCRA - a nossa casa é uma casa da sociedade brasileira. Então, está lá para quem quiser, é só tirar.

E acho que o nosso primeiro passo com a sociedade de Mato Grosso é nós abriremos a nossa casa, que é nossa mesma, não é do Leonel, é dos brasileiros e das brasileiras. Tem algumas regras? Tem sim, que devem ser respeitadas, mas essa casa é nossa.

Por último, eu gostaria de dizer, com relação a essa história dos barracos, porque acho que é importante clarearmos esse ponto. A reforma agrária no Governo Lula vai ser feita a partir dos barracos, não porque nós achamos que todo mundo tem que ir para debaixo dos barracos, mas porque nós respeitamos os movimentos sociais e pensamos que eles devem agir da forma que bem entenderem. Nós não vamos dizer para os movimentos sociais como é que eles devem se organizar. Eles é que se organizem e façam a luta, porque ela é legítima.

E da forma que eles fizerem, o INCRA vai receber. Assim como nós vamos dar tratamento prioritário, porque não dá para deixar mais companheiros e companheiras debaixo de

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM A FINALIDADE DE DEBATER A REFORMA
AGRÁRIA NO ESTADO DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 28 DE MAIO DE 2003,
ÀS 13:30 HORAS.

lona, esperando um pedaço de terra, quando há tanta terra para que os coloquemos. É por isso que vamos partir dessa prioridade.

Assim como esses movimentos que acampam, há outros movimentos que não acampam e que têm as demandas também atendidas pelo INCRA, e isso ocorre no Brasil inteiro. Cada um tem a sua forma de se organizar, e cada um vai ter a atenção do INCRA para isso. Neste sentido, é bom dizer que não estamos afirmando que todo mundo deve ir para debaixo de barraca. Respeitamos a forma como os movimentos se organizam, inclusive queremos discutir com eles isso, porque esse comportamento serve para servidores e servidoras não só do INCRA, mas do Estado brasileiro, entenderem e dialogarem com os trabalhadores, porque eles sempre foram tratados como bichos - inclusive, o professor falou sobre isso -, como animais, sem nenhuma condição humana. Isso é um exercício para dialogar com a sociedade, precisamos conhecer e dialogar com aqueles que estão nessa situação. Não é porque eles querem que estão ali. Essa situação é uma situação social no nosso país.

Para encerrar, Deputado Zé Carlos do Pátio, anotei nove grandes questões que eu acho que devem ter um desdobramento daqui para frente, na perspectiva de resolver algumas delas. Com certeza, o nosso maior desafio será nos sentarmos com a Justiça brasileira para nivelar os nossos conhecimentos. Eu acredito que nem todos os juízes que julgam processos de reintegração de posse usam de má-fé - nem todos. É importante clarear isso. Processos são papéis, e se não for ouvido o outro lado nessa questão, fica fácil interpretar juridicamente uma intenção nesse processo, como alguns juristas, pura e simplesmente, fazem.

Nós do INCRA aqui no Estado de Mato Grosso vamos estimular um diálogo com a Justiça - nós somos pelo diálogo. Inclusive, na semana que vem teremos uma reunião com a APR, que várias vezes se manifestou, verificando a possibilidade de um diálogo, porque não dá mais para deixar acontecer conflitos que levam vidas por causa da reforma agrária, que é fácil fazer e que vai ajudar a todos, não só aos fazendeiros, mas também os trabalhadores e trabalhadoras deste país.

É importante que a elite do Brasil se dê conta de que não adianta ficar com o capital só para ela, porque a violência do outro lado vai atrás do capital. Nós estamos morando em verdadeiros presídios, as nossas casas são cercadas, porque nós não conseguimos mais transitar livremente, devido ao problema social brasileiro.

E nós vamos resolver isso se desconcentrarmos a renda, começando pela desconcentração da terra. O INCRA, aqui no Estado de Mato Grosso, vai dialogar e quer conduzir a reforma agrária dessa forma. Nós esperamos a compreensão de todos aqueles que pensam assim. Esperamos também outras oportunidades, inclusive para fazer isso que o Altamiro dizia: vamos fazer uma campanha neste Estado para divulgar a questão das terras públicas, por exemplo. Não dá mais que apenas os militantes dos movimentos e os fazendeiros saibam dessa questão, nós temos que chamar a sociedade inteira para dizer para quem ela acha que esse problema tem que ir.

Então, é isso que nós temos que fazer, como Estado, e estamos dispostos a fazê-lo. A nossa casa é aberta, ocupem-na com todas as pernas e mãos de vocês, mas para o diálogo. Muito obrigado. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) – Quero fazer uma observação, a respeito de uma reunião que realizei, na semana retrasada, com a diretoria do INCRA, e esta semana haverá outra - eu acho que houve um avanço muito grande -, na qual estará presente o presidente nacional do INCRA. Também estive com o Sr. Alexandre César, que é secretário, em Mato Grosso, do Ministério do Desenvolvimento Regional.

Uma coisa que considero um absurdo - e me enviaram uma pergunta sobre isto - é a questão do FCO - Fundo Constitucional do Centro-Oeste. Sabem quanto veio este ano, do FCO,

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM A FINALIDADE DE DEBATER A REFORMA AGRÁRIA NO ESTADO DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 28 DE MAIO DE 2003, ÀS 13:30 HORAS.

para Mato Grosso? Quatrocentos e sessenta milhões de reais. É um dinheiro subsidiado, e deveria atender ao trabalhador.

Esta semana eu fiz uma crítica ao AGRISHOW Cerrado, em Rondonópolis. Sabem por quê?... Inclusive, uma Deputada de Rondonópolis me criticou, dizendo que eu sou contra esta feira. Ora, vem empresário lá do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, vender seus maquinários aqui, e sabem de onde sai o dinheiro para comprar esses equipamentos? Do FCO. Só ao FCO, foram feitas solicitações de mais de seiscentos milhões para comprar maquinários. Só de aviões há doze, mas também tem carretas e máquinas. Ora, o FCO, que é o dinheiro mais subsidiado que nós temos, tem que ser usado para fim social, para o trabalhador. Sabem qual o teto do FCO para cada pessoa? São vinte milhões de reais! Vinte milhões para cada pessoa - se eu for fazendeiro, eu posso pegar até vinte milhões.

Depois de uma reunião que nós tivemos - e graças ao trabalho do Sr. Alexandre César -, esse teto do FCO caiu para quatro milhões de reais, mas ainda é muito. Nós queremos reduzir mais esse FCO, nós queremos que o FCO seja para o trabalhador.

Para os senhores terem uma idéia, dos quatrocentos e sessenta milhões de reais do FCO, este ano, somente quarenta e seis milhões ficaram para o pequeno trabalhador. E mal, mal, nós conseguimos fazer com que o banco aplique para o pequeno produtor. No ano passado, de todos os recursos do FCO, somente 13% ficaram para o trabalhador.

Então, eu estou deixando isso como ilustração, porque esse é um dos problemas mais sérios que nós temos. Nós não podemos, em hipótese nenhuma... Eu quero que os movimentos organizados - aqui estão o MST, o MTA, a FETAGRI, o INCRA, o INTERMAT -, que todos façam um documento para que o FCO seja utilizado com o pequeno trabalhador e para a reforma agrária, porque, na verdade, está faltando financiamento para o pequeno trabalhador, e por isso está havendo essa evasão rural.

Registro a presença do Superintendente da Agricultura Familiar, o Sr. Amarildo Belo Duarte, a quem concedo a palavra.

O SR. AMARILDO BELO DUARTE - Boa-tarde, Deputado Zé Carlos do Pátio, em nome de quem cumprimento o restante da Mesa. Boa-tarde a todos os presentes.

Nós assumimos, desde o dia treze de janeiro, a Superintendência da Agricultura Familiar, hoje na SEDER - Secretaria Estadual de Desenvolvimento Rural, e estamos tentando fazer, a princípio, um trabalho voltado mais para a aplicação de recursos do PRONAF, que tem um volume muito maior do que o PRONAF-A, que é para assentamentos.

O Conselho Estadual submeteu aos conselhos municipais a aprovação das famílias - esses conselhos vão avaliar quais as famílias que têm direito de receber o crédito, inclusive as associações fazem parte desse conselho.

E nós sugerimos, na criação dos conselhos municipais, que cinquenta por cento dos membros têm que ser representantes da agricultura familiar, porque é uma forma de ela ter pelo menos a metade dos votos quando se sentar para decidir alguma coisa no Conselho Municipal.

A demanda para 2003 do PRONAF-A é em torno de cento e noventa milhões de reais. Nós dependemos muito desses conselhos municipais e de entidades como o FETAGRI, o MST, o MTA, é importante que elas participem, nos municípios, para a aprovação das famílias e, em seguida, a elaboração de projetos, pelo menos de assistência técnica, que tem que ser um pouco mais elaborados - hoje, nós vamos priorizar a liberação de recursos para aqueles projetos que forem melhor elaborados. Quer dizer, a sociedade terá que participar um pouco mais, para que não ocorra novamente o que acontecia com os recursos do PRONAF.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM A FINALIDADE DE DEBATER A REFORMA AGRÁRIA NO ESTADO DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 28 DE MAIO DE 2003, ÀS 13:30 HORAS.

Nós estávamos com medo, Deputado, porque foram liberados quase quinhentos milhões de reais para o PRONAF em Mato Grosso, e tememos que isso se torne uma bomba relógio que está preste a explodir. Os projetos foram mal elaborados, os recursos mal aplicados, e, amanhã ou depois, essas famílias não conseguirão pagar isso. E ao invés de criarmos algum benefício, poderemos criar até um mal maior.

Então, a elaboração dos projetos tem que ser avaliada com mais critério. A EMPAER está sendo reestruturada. O Governador está trabalhando muito em cima da reestruturação dessa empresa, para que os assentamentos e as famílias recebam, realmente, assistência técnica a partir de agora.

Nós estamos na ex-Secretaria de Agricultura, hoje SEDER, prontos para esclarecer qualquer dúvida e auxiliar todo mundo no que for preciso, quanto à liberação de recursos do PRONAF, e trabalhar qualquer projeto de desenvolvimento da agricultura familiar no Estado de Mato Grosso.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) – Com a palavra, a Sr^a Ivanildes Oliveira da Silva.

A SR^a IVANILDES OLIVEIRA DA SILVA – No município em que moro - eu tenho até um documento - o Conselho de Desenvolvimento Rural só existe no papel. Lá nada funciona. Então, não é justo. Eu moro num assentamento em frente ao Arrancadão, e não consegui mudar para o meu barraco - e carreguei taquara nas costas, estou até com problema de coluna -, porque não tenho condições de colocar minha mudança na estrada, no entanto, lá em frente, no Arrancadão, foi gasto muito dinheiro com cascalho, com tudo. Por que não puseram pelo menos três caminhões de cascalho naquela estrada, para que possamos realmente trabalhar?

Se tiver alguém aqui de Santo Antônio do Leverger que puder vir falar que é mentira, que venha, porque lá em Santo Antônio do Leverger nada funciona para o trabalhador rural. Tudo lá é de mentira.

Pelo amor de Deus, o senhor do INCRA deve nos ajudar a saber se aquele assentamento, que tem muito mais de dois anos, é do INCRA ou do INTERMAT, quem vai ou não, fazer alguma coisa, porque eu tenho vizinhos lá, um monte de gente que já desistiu, porque não havia condições de ficar lá com fome. Graças a Deus, eu não pago ônibus, por isso eu saio, como na casa dos vizinhos, vendo leite para um, vendo alguma coisa para outro. Minhas galinhas, minhas criações acabaram todas, de tanto andar correndo atrás de justiça, que naquela cidade não tem, correndo atrás de financiamento. Quando nós chegamos no banco, o gerente nem olha para a nossa cara, porque ele me vê naquela bicicletinha todo dia. Então, lá tudo é de mentira. Pelo amor de Deus, alguém faça alguma coisa! Os trabalhadores têm que se conscientizar e explicar para os outros trabalhadores o que está acontecendo realmente.

Uma audiência pública como esta tinha que ser em praça pública, para o povo saber. Eu duvido que tenha mais alguém aqui de Santo Antônio do Leverger. O povo nem sabe. Eu saio, largando tudo quanto é serviço meu para trás, para ver se eu participo, para falar para eles. Como eu não sou de lá, moro lá só desde 1997, eles falam para aquele povo pobre que é mentira minha, que eu sou louca, que sou ex-presidiária, sendo que eu tenho documento da justiça federal, dizendo que eu nunca, em minha vida, tive problema com Justiça, a não ser lá em Santo Antônio do Leverger, pela primeira vez, porque eu dava aula de artesanato e foram destruídas todas as minhas coisas, até máquina de costura.

Eles querem que o trabalhador rural de lá seja desdentado, de pé rachado e não saiba conversar, para provar que é trabalhador rural. E eu provo que sou trabalhadora rural com trabalho e tenho documentos - eu tenho todos os documentos comprovando que eu faço os cursos do

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM A FINALIDADE DE DEBATER A REFORMA
AGRÁRIA NO ESTADO DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 28 DE MAIO DE 2003,
ÀS 13:30 HORAS.

SENAR. Inclusive, a assistente social do Coxipó me falou - porque eles nos empurram para lá - que eu não posso me aposentar como trabalhadora rural, porque eu faço esses cursos de artesanato, sendo que os cursos do SENAR são para o trabalhador rural, e o trabalhador rural não sabe disso. Eu faço porque descubro e, graças a Deus, há mais de vinte anos venho guardando documentos.

Eu sempre falo que no dia em que eu abrir minha boca, sei que corro o risco de morrer, mas não tem problema, eu só quero que vocês que têm filhos, pensem nos filhos de vocês. Eu não tenho filho, mas eu tenho amizade com muitos jovens, e tenho pena deles, porque hoje em dia a corrupção está em todo lugar - está numa base de setenta por cento. Muito obrigada. Vocês me desculpem, mas eu não agüento mais ficar calada. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) – Passo a palavra ao Superintendente do INCRA, para suas considerações finais.

O SR. LEONEL WOHLFORHART – Eu acabei de receber uma notícia, Deputado, e não poderia ficar quieto: está sendo requerida força militar para cumprir um mandado de despejo em Santo Antônio do Jurigue, que é uma fazenda em Pedra Preta - parece-me que ela foi ocupada no ano de 2000. Também está na mesma situação a Fazenda Boa Esperança, que já foi inclusive decretada pelo INCRA, mas está sofrendo uma aferição, devido a uma sindicância que foi montada para provar que era impossível a reforma agrária lá.

Eu entrarei em contato, daqui a pouco, com o Secretário de Justiça e Segurança Pública, mas eu gostaria que o Deputado, assim como a Assembléia Legislativa, assumisse publicamente depois... É o seguinte: aqui do meu lado está um prefeito que esteve junto conosco numa reunião com o Governador e o Secretário de Justiça e Segurança Pública, quando nós encaminhamos a situação de dez municípios da região da Grande Cáceres e solicitamos que o Governador nos desse noventa dias para verificarmos os processos de reintegração de posse. Esse tempo nos foi prometido, e ele afirmou exatamente aquilo que alguém disse aqui, que para as situações criadas no Governo dele, ele aplicaria a lei, mas essas são anteriores a esse processo. Era o que eu queria dizer, mas gostaria que Vossa Excelência, depois, aproveitasse e desse um encaminhamento, na Assembléia Legislativa, para essa questão.

Por fim, eu quero dizer para a companheira que se manifestou por último, que eu não sei em qual assentamento ela está, não sei se é do sindicato, não sei se é da associação, não sei se é da FETAGRI, não sei se é do MST, mas é importante se enquadrar em algum desses movimentos, para vermos essa situação, porque tanto o INTERMAT, como nós do INCRA podemos ver o que é possível fazer.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) – Eu convido o Superintendente para ligarmos, com urgência, para o Secretário de Justiça e Segurança Pública, na ante-sala do plenário, porque nós estamos tendo uma Sessão agora, para verificarmos esse problema. Também marcarei uma audiência com ele, segunda-feira, para discutir toda essa questão do despejo que está acontecendo aqui. Nós vamos discutir um por um, e quero que vá a essa reunião uma comissão formada pelo MTA, MST, FETAGRI, INCRA, INTERMAT, porque não é possível aceitar o que está acontecendo.

Eu vou conceder a palavra ao Sr. Oliveira, porque eu acho que o mais importante, nesta reunião, é não deixar ninguém sem se expressar.

O SR. OLIVEIRA - Deputado Zé Carlos do Pátio, quero cumprimentar a todos, mas acho que não há necessidade mais, já estamos no final da audiência e todo mundo já está cumprimentado.

Quero dizer ao Deputado Zé Carlos do Pátio que está presente nesta audiência pública, aqui neste auditório, o pessoal do MTA. Eu gostaria que todo o pessoal do MTA, que está

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM A FINALIDADE DE DEBATER A REFORMA
AGRÁRIA NO ESTADO DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 28 DE MAIO DE 2003,
ÀS 13:30 HORAS.

acampado hoje na fazenda Boa Esperança, se levantasse para o senhor ver quem está aí... Esse pessoal, eu acho que não tem cara de marginal, nem tem cara de bandido.

Gostaria que o Deputado e o Superintendente analisassem essa situação. Já faz trinta dias que nós estamos lá. Nós somos pessoas pacíficas, e estamos lá para plantar, para trabalhar, e queremos que haja a guarnição da Superintendência do INCRA e o acompanhamento do Deputado. Nós garantimos que não estamos lá para sermos despejados, nós estamos lá para permanecer lá e vamos ficar lá.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Eu vou agora, juntamente com o Superintendente do INCRA, ver se dá para conversar com o Secretário de Justiça e Segurança Pública sobre a questão do Assentamento Boa Esperança.

Também recebi uma notícia, agora, e me parece que foi revogado pelo Juiz o despejo de Itiquira. As coisas estão começando a mudar - e vão mudar! Quer dizer, iam despejar os trabalhadores de Itiquira, mas já mudou a decisão do Juiz.

Nós vamos conversar com o Secretário de Justiça e Segurança Pública, e vamos denunciar na Corregedoria de Justiça esses juízes que estão julgando de forma equivocada - inclusive, eu os denunciei agora, quando falei para todos os canais de televisão de Mato Grosso. Juiz não pode sentenciar em processos que tratam de terras desapropriadas - em área desapropriada, a Justiça Federal é que tem competência para julgar, não é juiz comum aqui do Estado de Mato Grosso, não.

Quero agradecer a presença de todos e dizer da minha satisfação. A reforma agrária é um caminho sem volta. Nós vamos continuar a nossa luta, e agora ficou melhor ainda, porque nós vamos começar a discutir e debater a proposta de reforma agrária nas terras públicas do Estado e nas terras públicas da União. E faremos um trabalho de divulgação, inclusive dessa Proposta de Emenda Constitucional que está tramitando no Congresso Nacional, para que realmente delimitem o tamanho das terras da União e do país - essa é uma proposta interessante, porque é assim também o início da reforma agrária.

Está encerrada a presente Audiência Pública. (LEVANTA-SE A AUDIÊNCIA.)

Equipe Técnica:

- Taquigrafia:
 - Donata Maria da Silva Moreira;
 - Ila de Castilho Varjão;
 - Rosa Antônia de Almeida Maciel Lehr;
 - Rosivânia Ribeiro de França;
 - Rossana Valéria Guerra;
 - Tânia Maria Pita Rocha;
 - Aedil Lima Gonçalves;
 - Cristina Maria Costa e Silva;
- Revisão:
 - Ana Lúcia Bigio.